

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOS SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 056/2025
Data: 16/04/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
MEGATERMINAL EM SANTOS AVANÇA PARA SAIR DO PAPEL E DEVE GERAR MAIS DE MIL EMPREGOS	4
MINISTRO DO TST ESPERA AGILIDADE PARA VOTAÇÃO DE PL DOS PORTOS	5
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	6
INICIATIVA PRIVADA PODERÁ EXPLORAR FERROVIA COM UMA AUTORIZAÇÃO.....	6
ORIGEM ENERGIA INICIA MOVIMENTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS NO PORTO DE MACEIÓ	7
NOVO EDITAL PREVÊ ÁREA PARA MAIS UMA FÁBRICA DE E-METANOL EM SUAPE	9
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	10
COMITIVA DA ANTAQ REALIZA VISITA TÉCNICA SOBRE MEGATERMINAL NO PORTO DE SANTOS (SP)	10
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	11
BRASIL LANÇA CERTIFICAÇÃO INÉDITA PARA EXPORTAÇÕES AÉREAS E PROMETE MAIS AGILIDADE, SEGURANÇA E COMPETITIVIDADE AO SETOR.....	11
SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL PROMOVE DEBATE SOBRE RISCO DE FAUNA EM REGIÕES PRÓXIMAS A AERÓDROMOS	13
NOVAS CONCESSÕES PRECISAM DIALOGAR COM A AGENDA DE SUSTENTABILIDADE, DEFENDE MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS	14
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	15
COM MAIS DE 10 MIL QUILOMETROS DE TRILHOS DESATIVADOS, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES APRESENTA TRECHOS FERROVIÁRIOS ELEGÍVEIS PARA CONCESSÃO.....	15
MARCO PARA A MOBILIDADE NACIONAL, OBRA NA VIA DUTRA AVANÇA RÁPIDO E ACELERA BENEFÍCIOS PARA A POPULAÇÃO	16
BE NEWS – BRASIL EXPORT	17
EDITORIAL – O PL E A COMISSÃO ESPECIAL	17
NACIONAL - HUB – CURTAS - PLDO 2026 PROJETA CRESCIMENTO DE 2,5% NA ECONOMIA DO BRASIL.....	18
<i>Projeções da LDO 1</i>	18
<i>Projeções da LDO 2</i>	18
<i>Projeções da LDO 3</i>	18
<i>O bom momento</i>	18
<i>Mostem faz sua estreia</i>	18
NACIONAL - MOTTA ARTICULA AVANÇO DE PROJETO SOBRE PPPS E CONCESSÕES, DIZ DEPUTADO	18
NACIONAL - MPOR ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA EXPANSÃO DE ÁREAS DO PORTO DE SANTOS	20
NACIONAL - PL DOS PORTOS SERÁ DEBATIDO EM COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA, DIZ MINISTRO	21
NACIONAL - GOVERNO QUER REATIVAR FERROVIAS COM NOVO MODELO DE CONCESSÃO	22
NACIONAL - OBRAS EM TRECHO DA VIA DUTRA ALCANÇAM 25% DE EXECUÇÃO APÓS UM ANO.....	23
REGIÃO SUL - PORTONAVE INVESTE R\$ 439 MILHÕES EM EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	24
REGIÃO SUL - FLORIANÓPOLIS TERÁ VOO DIRETO PARA LIMA A PARTIR DE DEZEMBRO	25
REGIÃO SUDESTE - DP WORLD INAUGURA NOVO ESCRITÓRIO DE AGENCIAMENTO DE CARGAS EM SP	26
REGIÃO SUDESTE - CAMINHÃO COM ETANOL TOMBA E INTERDITA RODOVIA ENTRE CUBATÃO E SANTOS	27
REGIÃO NORDESTE - OBRAS DA FERROVIA OESTE-LESTE SÃO RETOMADAS NO SUDOESTE DA BAHIA	28
JORNAL DA ORLA - SP.....	28
REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES CHEGA AOS 70 ANOS	29
JORNAL O GLOBO – RJ.....	29
CHINA CONVOCA REUNIÃO INFORMAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU PARA 'TRATAR DE TARIFAS', DIZ AGÊNCIA ...	29
GOVERNO PROJETA R\$ 620,8 BILHÕES EM RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS PARA 2026, O EQUIVALENTE A 4,5% DO PIB	30
APESAR DE INCERTEZAS, PIB FLUMINENSE DEVE CRESCER EM 2025 MAIS DO QUE O NACIONAL PELO QUINTO ANO CONSECUTIVO, PROJETA FIRJAN	31
ECONOMIA GLOBAL CAMINHA PARA RECESSÃO, DIZ AGÊNCIA DA ONU	32
EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA CHINA TÊM 1ª QUEDA EM DEZ ANOS E IMPORTAÇÕES BATEM RECORDE.....	33
TRUMP PEDE ESTUDO PARA DECIDIR SOBRE A TAXAÇÃO DA IMPORTAÇÃO DE MINERAIS CRÍTICOS PELOS EUA	34
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	36
PETROBRAS: PIETRO MENDES É REELEITO PARA PRESIDIR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	36
PETROBRAS: MAGDA DIZ QUERER EVITAR TRAZER GUERRA COMERCIAL PARA PREÇOS: ‘CONFUSÃO QUE NÃO É NOSSA’	37
CONFEDERAÇÃO DE TRABALHADORES DIVULGA NOTA DE REPÚDIO CONTRA DECISÃO DO STF SOBRE PEJOTIZAÇÃO	38
‘SE CONTINUAR A EXPANDIR COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS, O BRASIL PERDERÁ SEU LUGAR NO MUNDO’, DIZ UNTERSTELL	39



BRASIL FICA EM ÚLTIMO LUGAR EM NOVO RANKING DE COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL; VEJA POSIÇÃO DE CADA PAÍS	42
CHINA ESTÁ SUJEITA A TARIFAS DE ATÉ 245% EM CASO DE RETALIAÇÃO AOS EUA, DIZ CASA BRANCA.....	44
VALOR ECONÔMICO (SP).....	45
BALANÇA COMERCIAL DA ARGENTINA TEM SUPERÁVIT DE US\$ 323 MILHÕES EM MARÇO	45
AZEVEDO & TRAVASSOS ENERGIA TEM PRODUÇÃO DE 187 BARRIS POR DIA EM MARÇO	46
UM PORTFÓLIO COMPLETO PARA OS DESAFIOS DA ERA DIGITAL.....	46
PROJETO DO CORREDOR FICO-FIOL E O PORTO SUL É INVIÁVEL E FALHO.....	48
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	50
DESMANTELAMENTO INTEGRA ESTRATÉGIA PARA RETOMADA DO EISA.....	50
OMC PREVÊ RETRAÇÃO NO COMÉRCIO GLOBAL EM 2025 E ALERTA PARA IMPACTO DAS TARIFAS.....	51
PORTONAVE INVESTE R\$ 439 MILHÕES EM EQUIPAMENTOS 100% ELÉTRICOS	51
MINISTRO DEFENDE MODERNIZAÇÃO DA LEI DE CONCESSÕES COM FOCO EM SUSTENTABILIDADE E SEGUROS	52
CADEIA DE PETRÓLEO E GÁS DEVE LIDERAR CRESCIMENTO DA ECONOMIA FLUMINENSE EM 2025, PROJETA FIRJAN.....	52
SINAVAL VERIFICA RECUPERAÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES EM ESTALEIROS	53
GOVERNO DO RJ ESTUDA VIABILIDADE DE FUNDO GARANTIDOR PARA INDÚSTRIA NAVAL	54
ANTAQ PUBLICA NOVA RESOLUÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DE ÁREAS PORTUÁRIAS.....	55
EXPANSÃO DA POLIGONAL DO PORTO DE SANTOS ENTRA EM CONSULTA PÚBLICA	55
EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA CRESCEM ACIMA DE 40% EM VOLUME E RECEITA	56
LOG-IN AMPLIA ROTA DE CABOTAGEM COM NOVO NAVIO DEDICADO À REGIÃO NORTE	57
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	57
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	57



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

MEGATERMINAL EM SANTOS AVANÇA PARA SAIR DO PAPEL E DEVE GERAR MAIS DE MIL EMPREGOS

Justiça manteve licença prévia para complexo porto-ferroviário na Área Continental
Por *ATribuna.com.br* 16 de abril de 2025 às 10:41



Terminal multipropósito vai operar quatro produtos (grãos, líquidos, celulose e fertilizantes) com movimentação exclusivamente por trens (Reprodução)

Mais um passo foi dado no sentido de ver instalado, na Área Continental de Santos, um megaterminal multipropósito, em um complexo porto-ferroviário que pretende criar 1.500 empregos e movimentar até 20 milhões de toneladas por ano. Na semana passada, a Justiça confirmou a validade da Licença Prévia nº 399/2011 concedida ao Terminal Portuário Brites (TPB), consolidando a regularidade ambiental do empreendimento, um projeto da Triunfo Participações e

Investimentos.

O terminal contará com integração ferroviária e rodoviária, visando eficiência logística e redução do tráfego de caminhões nas estradas. O TPB está localizado na área conhecida como Largo de Santa Rita, entre as ilhas Barnabé e Bagres, na margem esquerda do estuário do Porto de Santos.

A infraestrutura do terminal incluirá quatro berços de atracação, sendo um para cada perfil de carga (celulose, fertilizantes, líquidos e grãos), com um dos berços projetado para receber navios com até 18 metros de calado.

Dorival Pagani Júnior, diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios da Triunfo, pontua que a localização atende à demanda futura de carga, sendo afastada dos centros urbanos, mitigando gargalos logísticos. Além disso, diz, com operação ferroviária, o impacto nas estradas fica minimizado.

Pagani e o diretor-presidente da empresa, Carlo Alberto Bottarelli, estiveram ontem no Grupo Tribuna, onde foram recebidos pelo diretor-presidente da TV Tribuna, Roberto Clemente Santini, pelo diretor comercial do Grupo Tribuna, Demetrio Amono, pelo consultor para assuntos portuários do grupo, Maxwell Rodrigues, e pela gerente de projetos, Arminda Augusto.



O consultor para assuntos portuários do Grupo Tribuna, Maxwell Rodrigues; o diretor-presidente da Triunfo, Carlo Bottarelli; o diretor-presidente da TV Tribuna, Roberto Clemente Santini; o diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios da Triunfo, Dorival Pagani Júnior; e o diretor comercial do Grupo Tribuna, Demetrio Amono, participaram da reunião. (Sílvia Luiz/AT)

Cronograma

Os acessos rodoviários ao novo terminal serão pela Ilha de Barnabé, pela Rodovia Cônego Domênico Rangoni e Rio-Santos. Já o aquaviário será pelo canal de navegação do Porto, área nas bacias de evolução e giro e área de manobra e atracação.

O acesso ferroviário é via ramal operado pela MRS, contando ainda com ramais internos e um túnel. Além disso, será construída uma pera ferroviária, cruzando oito linhas ferroviárias que receberá trens com até 80 vagões.

Carlo Bottarelli estima que agora, com a manutenção da licença prévia (LP) e já com a ação tendo tramitado em definitivo, a empresa poderá avançar no detalhamento das providências para obtenção da licença de instalação (LI), etapa que antecede a licença de operação. “Tudo caminhando conforme previmos, devemos dar início às obras no final de 2026 e, como são ao menos três anos de obras, a previsão é de entrar em operação em 2029”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 16/04/2025

MINISTRO DO TST ESPERA AGILIDADE PARA VOTAÇÃO DE PL DOS PORTOS

Douglas Alencar, que presidiu a Ceportos, acredita em avanços este ano, mas projeto tramita de forma lenta

Por Anderson Firmino 16 de abril de 2025 às 09:47



Modificado em 16 de abril de 2025 às 09:49
Instalações portuárias mais eficientes, competitivas e seguras, e agilidade para a implantação de empreendimentos: é o que se planeja com a atualização da Lei dos Portos (Alexsander Ferraz/AT)

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Douglas Alencar, que presidiu a Comissão de Juristas para a Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Ceportos), acredita que o Projeto de Lei (PL)

733/2025, do deputado federal Leur Lomanto Júnior (União-BA), para alteração da Lei dos Portos (12.815/2013), será votado ainda esse ano.

“O trabalho produzido pela Ceportos é fruto dos amplos debates travados com todos os segmentos do setor portuário. Identificamos os principais problemas que precisam ser corrigidos, buscando como garantir mais eficiência e competitividade para a economia nacional”, afirma Alencar.

O PL 733/2025 foi apresentado em fevereiro deste ano, com base no anteprojeto entregue à Câmara dos Deputados pela Ceportos em novembro de 2024. Na semana passada, o deputado Léo Prates (PDT-BA) foi escolhido como relator do projeto pela Comissão de Trabalho (CTRAB) da Câmara dos Deputados.

A matéria deverá passar, ainda, por outras comissões, como Desenvolvimento Econômico, Viação e Transportes, Finanças e Tributação, além de Constituição e Justiça e Cidadania.

Projeto

Na justificativa do PL, Leur Lomanto Júnior destaca o trabalho da comissão de juristas. “A proposta de revisão do arcabouço legal dos portos desenvolvida pela comissão baseia-se em princípios como consensualismo, segurança jurídica, livre iniciativa, valorização do trabalho, descentralização e desburocratização. O objetivo é promover um setor portuário mais eficiente, competitivo e seguro, reduzindo os riscos dos empreendimentos, aumentando a confiança dos investidores e garantindo o bem-estar dos trabalhadores e das comunidades locais”, escreve.

Procurado pela Reportagem, o deputado limitou-se a dizer que “estamos aguardando a criação de uma comissão especial, para darmos início às discussões”.

A Reportagem de A Tribuna também tentou contato com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), mas não obteve resposta.

Deputados da região

A deputada federal Rosana Valle (PL) disse que é importante atualizar a legislação para atender às demandas atuais do comércio exterior e fortalecer a competitividade internacional do Porto de Santos e dos portos brasileiros. “É essencial, porém, que essa mudança não ocorra de forma a prejudicar, no futuro, os direitos dos trabalhadores portuários”, afirma. “Estou acompanhando as propostas em pauta nesse projeto, como a flexibilização na contratação de mão de obra e a criação da Empresa Prestadora de Trabalho Portuário (EPTP)”.

Ela afirma que as discussões “estão em andamento no Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), sob o comando do ministro Silvio Costa Filho, que estabeleceu um fórum com representantes do setor patronal e dos trabalhadores” para debater propostas de alteração na legislação portuária.

“Aguardarei as conclusões desse colegiado, previstas para o final deste mês, e também vou acompanhar de perto as discussões quando chegarem à Comissão de Viação e Transportes da Câmara, da qual sou membro titular desde 2019”, complementa Rosana.

Vale lembrar que MPor faz críticas à proposta, que afeta trabalhadores portuários, acha que faltou diálogo e acredita que- do jeito que está- o PL não avançará.

O deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), diz que o PL é uma oportunidade para modernizar o setor portuário brasileiro, tornando-o mais competitivo, enquanto também protege os direitos dos trabalhadores e promove o diálogo.

“Desde fevereiro, como membro da Mesa Diretora, tenho tratado sobre o tema junto ao presidente Hugo Motta, reforçando a importância desse projeto, não só para o setor e para a nossa região, mas para o País, e ele está bem consciente disso. Tenho trabalhado para priorizar esse tema na agenda da Câmara”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 16/04/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

INICIATIVA PRIVADA PODERÁ EXPLORAR FERROVIA COM UMA AUTORIZAÇÃO

A medida vale para cerca de 10 mil kms de ferrovias que estão inoperantes em todo o Brasil. No NE, são 2.865 kms sem operação.

Por **Ângela Fernanda Belfort** - De Recife angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



Trens da antiga Malha Nordeste enferrujaram com o abandono. Foto: blog Meu Transporte

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) divulgou, nesta terça-feira, uma nova modalidade na qual empresas privadas vão poder explorar pequenos trechos ferroviários que estão sem operar: o chamamento público. Nele, o transporte ferroviário poderá ser explorado com uma autorização, processo mais “flexível” do que uma concessão. Poderão ser explorados neste novo modo cerca de 10 mil km de trechos ferroviários

inoperantes, incluindo 2.865 km da antiga Malha Nordeste, que ligavam, pelo litoral, Alagoas até o Rio Grande do Norte.

Na Paraíba e em Pernambuco, os trechos da antiga Malha Nordeste inoperantes incluem também duas ligações férreas que começavam na capital, no litoral, e iam até o Sertão dos dois Estados. “A regulamentação do chamamento público é mais um instrumento que cria oportunidade de voltar a ter ferrovia integrando a região”, diz o secretário estadual de Desenvolvimento de Pernambuco, Guilherme Cavalcanti.

As empresas que ganharem a autorização para fazer a operação vão ter o compromisso de revitalizar o trecho ferroviário e explorá-lo comercialmente. Com a regulamentação, as empresas donas das concessões que deixaram as ferrovias ficarem inoperantes terão que devolver os trechos à União – dona da concessão – e pagar uma indenização. A estimativa é de que a indenização gire em torno de R\$ 20 bilhões e a intenção do governo federal é usar os recursos (da indenização) para reinvestir nas ferrovias inativas.



As obras do trecho pernambucano da Ferrovia Transnordestina estão paralisadas desde 2016. Foto: Movimento Econômico

Malha Nordeste, a ferrovia que foi desaparecendo...

A antiga Malha Nordeste teve uma concessão desastrosa, reduzindo a sua área operacional a 1.207 km que que ligam o Porto de Itaqui, no Maranhão, ao Porto de Pecém, no

Ceará. Em 1997, quando iniciou a concessão, a ferrovia começava em Alagoas e ia até São Luís, no Maranhão, ligando os portos de sete Estados, dos nove da região, com uma extensão de 4.238 km. Os atuais 2.865 km que estão sem operação são divididos em 13 trechos ferroviários.

A empresa que assumiu a concessão em 1997 foi uma subsidiária da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Ferrovia Transnordestina Logística (FTL). Em 2000, uma grande chuva arrastou os trilhos entre Alagoas e Pernambuco e a partir disso a região ficou sem uma ligação ferroviária com o Sudeste.

As subsidiárias da CSN também começaram a construir a Ferrovia Transnordestina em 2006, obra que até hoje está inacabada. No trecho cearense da Transnordestina – que liga o Sul do Piauí ao Porto de Pecém – as obras foram retomadas. Já a parte pernambucana da Transnordestina está abandonada, pelo menos desde 2016, e o governo federal planeja lançar um edital para a retomada das obras, porque a concessionária desistiu de fazer essa parte do empreendimento.

Fonte: ME – Movimento Econômico
Data: 16/04/2025

ORIGEM ENERGIA INICIA MOVIMENTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS NO PORTO DE MACEIÓ

Com operação no Porto de Maceió, Origem Energia amplia atuação no estado e facilitará escoamento de produção

Por **Vanessa Siqueira** - De Alagoas vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br

O grupo Origem Energia iniciou suas operações em um dos terminais do Porto de Maceió destinados à movimentação e armazenagem de grãos líquidos, especialmente combustíveis e petróleo. O terminal foi adquirido por R\$ 41 milhões pela empresa durante leilão realizado em 2023, organizado pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR) e Agência Nacional de Transportes e Aquaviários (Antaq).

A área do MAC 11A era anteriormente utilizada pela Petrobras e passa agora a ser gerida pela Origem por um prazo de 25 anos, conforme consta nos contratos firmados.



Área foi arrendada durante leilão em 2023 pela Origem Energia por R\$ 41 milhões. Foto: Divulgação / Origem Energia

Segundo informou a Origem por meio de nota, a gestão foi oficializada em fevereiro deste ano e as operações já tiveram início. A companhia não passou detalhes sobre as operações no terminal.

De acordo com o CEO da Origem Energia, Luiz Felipe Coutinho, ao assumir o controle das operações do TAMAC, a companhia assegura sua independência no escoamento e comercialização da sua produção, fortalece a presença no mercado alagoano promovendo a competitividade local que pode impactar em oferta de combustíveis mais acessíveis para a população.

“A inclusão do MAC11A no portfólio é um marco estratégico para a Origem Energia, reforçando nossa integração energética e ampliando a flexibilidade comercial na negociação e expedição de óleo. Além de fortalecer nossa posição no mercado, essa conquista diversifica nossas receitas e abre novas oportunidades de monetização na infraestrutura de armazenamento”, explicou.

Transporte de diferentes combustíveis

A expectativa da Origem Energia é que a partir de agora com a aquisição do terminal a companhia ganhe flexibilidade comercial para negociar volumes de óleo e otimizar os cronogramas de expedição de cargas de forma proativa. Além das operações de carregamento e descarregamento pelo modal marítimo, o terminal também possibilita o transporte por modal rodoviário, atendendo principalmente ao etanol, óleo diesel marítimo, gasolina e outros biocombustíveis, como o biodiesel.

A Origem Energia também passa a diversificar sua receita, explorando oportunidades de monetização da capacidade de armazenamento para derivados de petróleo, com uma gama mais ampla de clientes.

“Logística e armazenamento de petróleo são pilares estratégicos em nossas operações. Assumir o controle dessas atividades nos permite superar a dependência de terceiros, reduzindo custos, aumentando a autonomia e integrando ainda mais nossa cadeia de valor. Essa iniciativa fortalece nossa posição como uma empresa altamente eficiente e integrada no setor”, complementa Coutinho.

Leilão de áreas no Porto de Maceió teve saldo de R\$ 208 milhões

Realizado em agosto de 2023, na sede da B3, em São Paulo, o leilão para arrendamento de áreas portuárias em Alagoas teve um saldo de R\$ 208 milhões.

Na época do leilão, o Ministério dos Portos e Aeroportos divulgou que a previsão era de que a Origem fará um investimento de R\$ 46,4 milhões no terminal.

O leilão também arrendou outras duas áreas, a MAC 11, arrematada por 60 milhões pela Vibra Energia, que se comprometeu em investir R\$ 20,8 milhões, e a MAC 12, arrematada por um lance de R\$ 102 milhões pela Ipiranga Produtos de Petróleo, que tem previsão de investimento de R\$37,5 milhões.



Origem também atua no processamento de gás natural na cidade de Pilar, região Metropolitana de Maceió. Foto: Origem Energia/Divulgação

Terminal Aquaviário amplia atuação da Origem em Alagoas

Detentora da operação de 14 concessões de campos maduros de óleo e gás natural no país, o grupo Origem Energia possui em Alagoas uma operação em águas rasas (offshore), além de 18 blocos exploratórios localizados nas Bacias Sergipe-Alagoas e Tucano Sul.

Há ainda uma unidade de processamento de gás natural (UPGN) no estado, que é a primeira a ser privatizada no país, além de duas estações de produção, que funcionam em Pilar e Furado, cinco estações coletoras e um sistema de escoamento de 230 quilômetros de dutos com acesso direto ao TAMAC e à malha da TAG que conecta o transporte de gás natural do país de norte a sul.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 16/04/2025

NOVO EDITAL PREVÊ ÁREA PARA MAIS UMA FÁBRICA DE E-METANOL EM SUAPE

Pernambuco abre edital para instalação de fábrica de e-metanol verde em Suape. Projeto reforça a transição energética e prevê R\$ 14,6 milhões em investimentos.

Por Allan Petterson - De Recife



Suape já tem um projeto de e-metanol assegurado: o da empresa dinamarquesa European Energy, em parceria com a Petrobras. Foto: divulgação

Em busca de consolidar-se como polo estratégico na produção de combustíveis renováveis, o Complexo Industrial Portuário de Suape lançou um novo chamamento público para o arrendamento de uma área destinada à instalação de uma unidade dedicada à produção de metanol verde (e-metanol). O edital foi publicado no último sábado (12), no Diário Oficial do Estado.

Segundo o edital, a área ofertada possui 10 hectares e está localizada na Estrada TDRN Norte, no município de Cabo de Santo Agostinho, dentro da zona industrial de Suape. A localização estratégica deve facilitar o escoamento da produção por meio da estrutura logística portuária do complexo.

O valor mínimo do contrato é de R\$ 14,6 milhões para um período inicial de dez anos, com possibilidade de prorrogação por até 70 anos. A proposta prevê carência de dois anos para início do pagamento, com reajuste anual pelo INPC.



Área ofertada possui 10 hectares e está localizada dentro da zona industrial de Suape. Foto: divulgação

Os interessados em arrendar a área devem protocolar os requerimentos até o dia 15 de maio, às 16h30, no térreo do Centro Administrativo de Suape, em Ipojuca. O edital exige apresentação de projeto detalhado com estimativa de investimento, geração de empregos e

uso da infraestrutura portuária.

Produção de e-metanol em Pernambuco

O Complexo de Suape já conta com um investimento para uma primeira fábrica de e-metanol. A empresa dinamarquesa European Energy, em parceria com a Petrobras, deverá apresentar até o dia 30 de abril o projeto básico da planta que será instalada no complexo portuário.

Orçado em R\$ 2 bilhões, o empreendimento prevê início das obras para outubro deste ano e operação a partir de julho de 2028. A unidade, que ocupará uma área de 10 hectares próxima ao Estaleiro Atlântico Sul, deverá movimentar 100 mil toneladas de e-metanol por ano e gerar 250 empregos diretos, consolidando Pernambuco como referência nacional na produção de combustíveis sustentáveis.

A oficialização da instalação da planta da European Energy ocorreu em setembro do ano passado. O anúncio marcou a primeira iniciativa do tipo no Brasil. A unidade utilizará CO₂ biogênico fornecido pelo setor sucroalcooleiro, sendo o Grupo EQM o primeiro parceiro confirmado no fornecimento do insumo verde.

O que é e-metanol

O e-metanol é produzido a partir da síntese do hidrogênio verde e do CO₂ verde, usando energia limpa. O e-metanol é apontado como um dos combustíveis do futuro por vários motivos. Primeiro, é um combustível verde (com baixa ou zero emissão de carbono).

Também vai ser uma solução para descarbonizar o transporte feito por embarcações, substituindo, no futuro, o óleo bunker, que é fóssil, fabricado a partir do petróleo, e contribui para o aquecimento global. E, por último, o novo combustível também pode ser usado em processos de descarbonização.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 16/04/2025



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

COMITIVA DA ANTAQ REALIZA VISITA TÉCNICA SOBRE MEGATERMINAL NO PORTO DE SANTOS (SP)

Encontros focaram no Tecon Santos 10, projeto que promete dobrar a capacidade de movimentação de contêineres no país



Brasília, 15/04/2025 – Nos dias 14 e 15 de abril, a diretoria colegiada da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) liderou uma comitiva que participou de uma série de atividades técnicas no Porto de Santos (SP). O foco foi o projeto do Tecon Santos 10 — futuro megaterminal de contêineres com potencial para dobrar a capacidade nacional de movimentação desse tipo de carga.

A visita ocorreu após a realização da Audiência Pública nº 02/2025, promovida em 18 de março, que recebeu 24 contribuições voltadas ao aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos do processo licitatório para o arrendamento do novo terminal.

A agenda teve início na manhã de segunda-feira (14), com reunião com o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini. Em seguida, a comitiva reuniu-se com representantes

das empresas MOVECTA S.A., Bandeirantes Deicmar, MARIMEX e Multilog. Ainda no mesmo dia, ocorreram encontros com a Cecafé, Santos Brasil e DP World.

Na terça-feira (15), os compromissos continuaram com a Brasil Terminal Portuário (BTP) e a Ecoporto Santos. No encerramento da programação, foi realizada uma visita técnica embarcada ao longo do Porto de Santos, que permitiu a vistoria da infraestrutura portuária, com destaque para a região do Saboó, na margem direita, onde está prevista a implantação do Tecon Santos 10.

Atenta às contribuições recebidas durante a audiência pública, a diretoria da ANTAQ considerou essencial ouvir presencialmente os usuários do setor e compreender melhor suas demandas e expectativas.

“Optamos por iniciar esse diálogo com os usuários do porto, que são atores relevantes na dinâmica local e serão diretamente impactados pelo projeto de arrendamento. Isso é fundamental para garantir que as decisões regulatórias estejam alinhadas com a realidade da operação portuária”, destacou Caio Farias, diretor-geral substituto da ANTAQ.

Também integraram a comitiva a diretora Flávia Takafashi, o diretor Alber Vasconcelos e o secretário Nacional de Portos do Ministério de Portos e Aeroportos, Alex Ávila.

Participaram ainda o superintendente de Regulação da ANTAQ, José Renato Fialho; o secretário especial substituto de Licitações e Concessões, João Paulo Barbieri; o gerente regional de Santos, Guilherme Silva; e o assessor da diretoria, Luiz Scarduelli. Pelo Ministério de Portos e Aeroportos, compôs o grupo o diretor do Departamento de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias, Bruno Neri.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antaq.gov.br

Data: 15/04/2025

Parceria inédita promete transformar a logística aérea de exportação, com benefícios para empresas, aeroportos e consumidores



Brasil lança certificação inédita para exportações aéreas

Com o objetivo de modernizar e integrar as operações de exportação via transporte aéreo, o Ministério de Portos e Aeroportos anuncia a criação do Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado Integrado Anac (OEA-Integrado Anac). A iniciativa, fruto de parceria entre a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a Receita Federal, foi oficializada neste mês por meio de portaria conjunta e visa impulsionar a competitividade do Brasil no comércio exterior,

reduzindo burocracias e custos logísticos.



A certificação inédita será destinada a empresas exportadoras que utilizam o modal aéreo, permitindo que suas cargas sejam tratadas com mais agilidade, segurança e prioridade. Entre os principais benefícios estão o agendamento para descarregamento nos terminais, a classificação como “carga conhecida”, com tratamento diferenciado por parte das companhias aéreas e aeroportos e a dispensa da inspeção primária, o que reduz significativamente o tempo de processamento.

“O transporte aéreo é um elo fundamental na cadeia logística brasileira. Essa integração representa um salto de modernização e competitividade para o Brasil. Estamos entregando um sistema mais seguro, ágil e eficiente para quem exporta e, ao mesmo tempo, mais vantajoso para quem consome”, destacou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Impactos nas exportações aéreas

A medida chega em um momento estratégico. Somente em 2024, o Brasil movimentou 394,6 milhões de quilos em cargas aéreas destinadas ao exterior. Em 2025, os dados consolidados de janeiro e fevereiro apontam para uma movimentação de 59,1 milhões de quilos. A expectativa é que, com a implementação do programa, esses números sejam ainda maiores, acompanhados de maior eficiência e menor custo por operação.

O OEA-Integrado Anac também contribui diretamente para a redução de prazos. Atualmente, muitas empresas precisam disponibilizar suas cargas com até 12 horas de antecedência ao voo. Com a certificação, esse tempo poderá ser otimizado, o que representa um ganho expressivo em planejamento e capacidade de resposta à demanda internacional.

Reflexos para o setor e para o consumidor

De acordo com o secretário nacional de Aviação Civil, Tomé Franca, o novo modelo representa uma mudança estrutural no transporte de cargas aéreas no Brasil. “Essa medida é resultado de um esforço técnico e estratégico para transformar o transporte aéreo de cargas. Ganha o setor produtivo, ganham os aeroportos e ganham os brasileiros. Com menos burocracia e mais tecnologia, estamos colocando a aviação civil no centro do crescimento econômico nacional”, afirmou.

A expectativa do Governo Federal é que os ganhos de eficiência proporcionados pela certificação se reflitam também no preço final dos produtos exportados, tornando o Brasil um parceiro ainda mais competitivo no mercado internacional.

Como obter a certificação

As empresas interessadas em obter a certificação OEA-Integrado Anac já podem solicitar a habilitação por meio do Portal Único do Comércio Exterior (Siscomex). O processo é simples e digital, com os seguintes passos:

- Acessar o Portal Único Siscomex;
- Selecionar a opção “Habilitar Empresa”;
- Preencher o formulário e escolher as opções desejadas;
- O sistema analisa os dados da empresa e emite um parecer;
- Se aprovado, a empresa está habilitada;
- Caso sejam necessários documentos adicionais, será apresentada uma lista a ser enviada.

O programa representa mais do que uma certificação: trata-se de um novo modelo de exportação, integrado e eficiente, que reforça a imagem do Brasil como parceiro confiável no comércio internacional e abre caminho para futuras colaborações entre órgãos reguladores e operadores logísticos.

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL PROMOVE DEBATE SOBRE RISCO DE FAUNA EM REGIÕES PRÓXIMAS A AERÓDROMOS

Seminário contou com participação de especialistas brasileiros e internacionais e interessados no tema, que discutiram inovações para garantir segurança



Especialistas debateram medidas para mitigar os impactos entre animais e aeronaves - Foto: Divulgação

Neste mês de abril, a Secretaria de Aviação Civil (SAC), do Ministério de Portos e Aeroportos, promoveu o seminário "Inovação no Gerenciamento do Risco de Fauna", que contou com a presença de especialistas de diversos países para discutir e trocar experiências sobre o risco da presença de animais próximos aos aeródromos e o manejo correto da fauna. O evento reuniu mais de 300 inscritos de 13 países.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o seminário reforça o compromisso da pasta com a segurança da aviação civil e com a preservação ambiental. "Essa é uma iniciativa de extrema importância, porque as medidas de monitoramento e manejo da fauna garantem a segurança nos nossos aeroportos, garantem a integridade das aeronaves e protegem tanto os passageiros quanto os animais."

Dos Estados Unidos, especialistas apresentaram ferramentas utilizadas para diminuir os impactos entre animais e aeronaves. "O intercâmbio de informações melhora o projeto brasileiro conduzido pela SAC e tem potencial de parceria com aeródromos e companhias aéreas. Foi um momento de troca importante para o setor", explica Karla Santos, coordenadora geral de Gestão da Aviação Civil.

No evento, também foram debatidos os resultados do projeto "SAC Risco de Fauna". A iniciativa visa ampliar o conhecimento técnico sobre a presença de animais em áreas aeroportuárias, propondo soluções que aumentem a eficiência no controle de fauna e reduzam ocorrências que possam comprometer a segurança das operações aéreas.

O projeto já identificou 57 espécies distintas envolvidas em colisões não significativas com aeronaves, por meio de 320 amostras coletadas e 250 analisadas por uma rede colaborativa de laboratórios e aeródromos. Três laboratórios realizam as análises genômicas e já identificaram espécies que precisam de mais atenção no manejo no entorno dos aeródromos, como a pomba de bando, o quero-quero, o urubu de cabeça preta, o morcego de cauda grossa e o carcará.

A coordenadora de Segurança Operacional e Carga da SAC, Raquel Rocha, destacou a importância do debate sobre identificação precisa das espécies envolvidas nas colisões para reduzir os riscos nas operações aéreas. "A realização do seminário reafirma o compromisso da SAC/Ministério com a inovação e a sustentabilidade da aviação brasileira. O apoio ativo dos aeródromos é fundamental para garantir o sucesso das ações de manejo de risco de fauna, contribuindo para uma gestão mais assertiva tanto na segurança operacional como nas iniciativas de conservação ambiental", salientou.

Base de informações

Em março de 2024, o Ministério de Portos e Aeroportos lançou a Base Nacional de Informações de Medidas de Mitigação do Risco de Fauna, na plataforma Hórus, para centralizar e compartilhar estratégias adotadas pelos aeroportos brasileiros, além de literatura técnica e científica nacional e internacional. Atualmente, a ferramenta reúne mais de 5 mil medidas relacionadas a 122 espécies, incluindo aves, mamíferos e répteis, e 216 grupos faunísticos.

O projeto foi desenvolvido pelo MPor em parceria com o Laboratório de Transportes e Logística da Universidade Federal de Santa Catarina (LabTrans/UFSC) e incluiu estudos voltados para a

identificação das espécies de avifauna envolvidas em colisões com aeronaves, quase colisões e avistamentos, bem como o desenvolvimento de atividades relacionadas ao gerenciamento do risco de fauna na operação de aeródromos brasileiros.

A Base Nacional de Informações de Medidas de Mitigação do Risco de Fauna está disponível gratuitamente para a comunidade aeroportuária e para todos os interessados no tema, promovendo assim um aumento da segurança operacional na aviação.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 16/04/2025

NOVAS CONCESSÕES PRECISAM DIALOGAR COM A AGENDA DE SUSTENTABILIDADE, DEFENDE MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS

Em evento sobre o futuro das concessões e parcerias público-privadas, o ministro Silvio Costa Filho afirma que a revisão da legislação deve considerar as questões ambientais



Evento reuniu representantes dos setores público e privado para debater aspectos legais das concessões - Foto: Eduardo Oliveira/MPor

A modernização da lei sobre concessões público-privadas precisa estar alinhada à agenda de sustentabilidade e incluir o debate sobre os seguros das concessões já realizadas, defendeu nesta terça-feira (15) o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, durante o evento “Futuro das Concessões e PPPs”, promovido pela Agência INFRA.

“Que possamos também discutir os seguros dessas concessões, olhando para o passado, porque muitos foram feitos sem planejamento estratégico, e também para o futuro. Essas novas concessões precisam dialogar com a nova agenda de sustentabilidade mundial e com as possíveis dificuldades ambientais que o Brasil possa enfrentar”, declarou o ministro, durante a mesa de abertura do encontro sobre “A Modernização das Leis de Concessões e de PPPs”.

O evento reuniu representantes dos setores público e privado para debater aspectos legais e econômicos do Projeto de Lei (PL) 7.063/2017, em tramitação no Congresso Nacional. O PL altera a Lei 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas (PPPs) pela União, estados, municípios e Distrito Federal.

Costa Filho ressaltou que a modernização da legislação proporcionará mais segurança jurídica e previsibilidade, atraindo investimentos em infraestrutura, desenvolvimento e geração de emprego e renda para o país.

“É fundamental que possamos, agora, construir um grande pacto nacional de apoio a essa pauta. Um projeto elaborado de forma conjunta como este dará previsibilidade, nos próximos anos, para quem deseja investir no Brasil”, destacou o titular do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), ao comentar o número de concessões em andamento no país — o maior volume da história.

Em 2025, estão previstos 21 arrendamentos e uma concessão no setor portuário, totalizando investimentos de R\$ 19,85 bilhões em infraestrutura. No setor aeroportuário, o programa AmpliAR vai expandir a infraestrutura regional por meio da contratação simplificada das concessionárias que já operam no Brasil, para administrar e garantir o funcionamento de aeródromos estratégicos, mas com baixo interesse comercial. A Amazônia Legal e a região Nordeste integrarão o primeiro leilão, previsto ainda para 2025.

Para o ministro, os atuais indicadores econômicos e o conjunto de investimentos em modernização da infraestrutura realizados pelo Governo Federal demonstram que o Brasil está no caminho certo.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 15/04/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

COM MAIS DE 10 MIL QUILÔMETROS DE TRILHOS DESATIVADOS, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES APRESENTA TRECHOS FERROVIÁRIOS ELEGÍVEIS PARA CONCESSÃO

Encontro que aconteceu nesta terça-feira (15), destaca diretrizes do novo marco regulatório para autorizações



O Ministério dos Transportes apresentou dois trechos como exemplo do potencial de concessão por autorização - Foto: Jeff DÁvila/ANTT

O Ministério dos Transportes participou nesta terça-feira, (15), de um evento em Brasília, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), sobre um chamamento público para a exploração indireta de ferrovias federais por meio de autorização. Com esse objetivo, apresentou as diretrizes normativas da resolução que regulamenta esse processo, durante o evento Novos

Caminhos Ferroviários: Debate sobre a Resolução do Chamamento Público de Ferrovias.

"O chamamento público nada mais é do que a disponibilização de uma infraestrutura já existente sob responsabilidade do poder público, para ser operada sob regime de direito privado. Nesse modelo, o estado oferece a infraestrutura e o operador assume a execução dos serviços, com maior liberdade em comparação ao regime tradicional de concessão. É uma nova forma de operação ferroviária. Isso permite viabilizar trechos que não interessam às atuais concessionárias", afirmou Hélio Roberto de Souza, diretor de outorgas ferroviárias da Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário (SNTF), durante o evento.

Segundo ele, o Brasil possui cerca de 10 mil quilômetros de ferrovias desativadas, e o chamamento público oferece uma alternativa para reativar esses trechos, por meio de novos modelos de concessão, com contratos de até 99 anos e tarifas livres, proporcionando maior flexibilidade para o setor privado.

O Ministério dos Transportes apresentou dois trechos como exemplo do potencial de concessão por autorização: o Corredor Minas-Rio, entre Arcos (MG) e Angra dos Reis (RJ), voltado para o transporte de carga, além de outro trecho de passageiros, ligando Barra Mansa ao Porto de Angra dos Reis. Ambos os trechos estão desativados, com desafios operacionais e de infraestrutura, e têm grande potencial de revitalização para impulsionar a economia local e nacional.

O debate sobre o novo regramento jurídico-institucional, alinhado ao Marco Legal das Ferrovias, que visa ampliar a segurança jurídica e a eficiência dos processos de outorga no setor, também contou com a participação do diretor da ANTT, Lucas Asfor; o diretor da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), Davi Barreto; e o superintendente de transporte ferroviário da ANTT, Alessandro Baumgartner.

O encontro ainda marcou o lançamento da Reunião Participativa nº 3/2025, voltada à escuta pública sobre trechos com potencial de concessão por autorização, que será realizada em 29 de abril, de forma híbrida, conforme publicação no Diário Oficial da União.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 16/04/2025

MARCO PARA A MOBILIDADE NACIONAL, OBRA NA VIA DUTRA AVANÇA RÁPIDO E ACELERA BENEFÍCIOS PARA A POPULAÇÃO

Renan Filho e presidente Lula vistoriaram o trecho da Serra das Araras (RJ) nesta terça-feira (15). As obras foram iniciadas em 2024, depois de 20 anos de espera



Ministro Renan, presidente Lula e comitiva visitaram obras que eram esperadas há 20 anos - Foto: Cléber Carvalho/MT

Um avanço de 25% em apenas um ano de obras. Este é o resultado do novo traçado da Serra das Araras, na BR-116/RJ/SP (Via Dutra), que o ministro dos Transportes, Renan Filho, e o presidente Lula conheceram nesta terça-feira. As obras do trecho fluminense são realizadas pela CCR Rio SP, que administra a estrada.

O projeto beneficia a vida de milhares de brasileiros que dependem diariamente da rodovia, promovendo mais segurança, fluidez no tráfego e oportunidades de desenvolvimento regional. A rodovia recebe mensalmente cerca de 390 mil veículos, sendo 36% de transporte de cargas.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, chamou a atenção para o caráter transformador das obras da Nova Serra das Araras, com reflexos que vão além da infraestrutura e se estendem à qualidade de vida da população e ao fortalecimento da economia regional. “Hoje temos aqui sentados — representando muitos que não puderam estar presentes — 2 mil trabalhadores que estão reconstruindo a Serra das Araras para o povo brasileiro”, afirmou.

Lula destacou a importância estratégica do empreendimento para o país. “É uma obra que a gente não pode olhar pra ela como uma obra de engenharia apenas, mas sim como uma obra que representa o futuro do Brasil que a gente deseja”, afirmou o presidente, ao reconhecer o potencial transformador da iniciativa para a infraestrutura, a economia e a qualidade de vida da população.

Com investimento de R\$ 1,5 bilhão — fruto da maior emissão de debêntures incentivadas da história do país, captados junto Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) —, a nova Serra das Araras está inserida em um dos principais corredores logísticos do Brasil. A obra representa um marco para a mobilidade nacional, capaz de salvar vidas, melhorar a qualidade do transporte e fomentar o progresso das comunidades vizinhas. É um investimento que conecta o presente ao futuro da infraestrutura brasileira.

Qualidade de vida

O novo traçado da rodovia contará com oito faixas de rolamento (quatro em cada sentido), 24 viadutos, rampas de escape, passarelas, além de infraestrutura moderna de iluminação e monitoramento. A previsão é de reduzir em 25% o tempo de viagem no sentido São Paulo e em até 50% na descida para o Rio de Janeiro, elevando a qualidade da mobilidade na região.

O ministro também reforçou o papel estratégico dos investimentos no setor rodoviário. “Esses investimentos reverberam em múltiplas áreas, porque nada gera uma externalidade tão positiva quanto a construção de uma nova estrada. Nada. Em primeiro lugar, porque impacta diretamente na preservação da vida”, concluiu, ao destacar os benefícios em segurança, mobilidade e desenvolvimento sustentável para toda a região.



As pistas de subida e de descida, previstas para serem entregues em 2028 e em 2029, respectivamente, são diferenciais no novo desenho da rodovia, na Serra das Araras. Além disso, o local contará ainda com câmeras inteligentes, painéis de mensagens variáveis, sinalização moderna e conectividade ao longo de todo o percurso.

A presença do canteiro de obras também aquece o comércio regional. Pequenos empreendedores, como donos de academias e vendedores de frutas, já percebem o aumento da demanda impulsionada pela movimentação de trabalhadores.

"Está é uma das obras mais importantes da CCR no Brasil em um momento em que o Brasil bateu recorde de investimentos em infraestrutura", destacou Miguel Setas, presidente do grupo CCR.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 15/04/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – O PL E A COMISSÃO ESPECIAL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A sinalização do Ministério de Portos e Aeroportos quanto à expectativa de que o projeto de lei do novo marco regulatório portuário – o PL n. 733/2025 – tramite por uma comissão especial, na Câmara dos Deputados, prenuncia um debate mais aprofundado sobre o futuro de um setor estratégico para a economia brasileira. A confirmação do ministro Silvio Costa Filho sobre a reunião vindoura com o presidente da Casa Legislativa, Hugo Motta, para definir a composição desse colegiado, representa um passo importante para atender às demandas de diversos atores do segmento.

A complexidade inerente à modernização da legislação portuária, que abrange desde a exploração das atividades até as operações em si, clama por uma análise que considere as nuances e os impactos em toda a cadeia logística. A criação de uma comissão especial, com a possibilidade de congrega parlamentares com expertise em diferentes áreas relacionadas ao setor, oferece o potencial para uma avaliação mais completa e integrada do texto.

A apreensão manifestada por representantes do setor, reunidos em um fórum que acompanha de perto a elaboração de propostas para o novo marco regulatório, sublinha a importância de um debate amplo e qualificado. A participação ativa de empresários e trabalhadores nesse processo é fundamental para que a nova legislação reflita as necessidades e os desafios enfrentados no dia a dia dos portos brasileiros.

A iniciativa de envolver órgãos como a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Tribunal de Contas da União (TCU) nas discussões, conforme destacado pelo ministro, reforça a busca por um marco regulatório robusto e alinhado com as melhores práticas e os interesses da nação. A modernização da legislação portuária representa uma oportunidade para impulsionar a eficiência, a competitividade e a sustentabilidade do setor, com reflexos positivos em toda a economia.

A instalação de uma comissão especial na Câmara dos Deputados, com a consequente designação de um relator dedicado ao tema, pode conferir maior agilidade e foco à tramitação do Projeto de Lei n. 733. Dada a relevância do setor portuário para o comércio exterior e para a infraestrutura logística do País, uma análise célere e aprofundada do novo marco regulatório é essencial para garantir um ambiente de negócios dinâmico e eficiente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 16/04/2025



NACIONAL - HUB – CURTAS - PLDO 2026 PROJETA CRESCIMENTO DE 2,5% NA ECONOMIA DO BRASIL

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

PROJEÇÕES DA LDO 1

A economia do Brasil deverá crescer 2,5% no próximo ano, após registrar um aumento de 2,31% no atual exercício. A projeção integra o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2026, enviado nessa terça-feira, dia 15, pelo Executivo ao Congresso Nacional. O texto ainda prevê que a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cairá para 3,5% em 2026, 3,1% em 2027 e 3% em 2028 e 2029, contra 4,9% estimados para este ano.

PROJEÇÕES DA LDO 2

Sobre o IPCA, a projeção para o próximo ano está dentro da meta de 3% definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), com margem de 1,5 ponto percentual – ou seja, ela pode ir de 1,5% e 4,5% sem descumprir a meta.

PROJEÇÕES DA LDO 3

O PLDO também prevê uma taxa Selic (juros básicos da economia) acumulada em 12,56% ao ano para 2026, 10,09% para 2027, 8,27% para 2028 e 7,27% para 2029. Atualmente, ela está em 14,25% ao ano. A taxa de câmbio média está estimada a R\$ 5,97 para 2026, R\$ 5,91 em 2027, R\$ 5,07 em 2028 e R\$ 5,10 para 2029. O projeto ainda trabalha com o preço médio do barril do petróleo (usado para estimar receitas da União com royalties) em US\$ 66,74 no próximo ano, US\$ 66,26 em 2027, US\$ 66,42 em 2028 e US\$ 66,65 em 2029.

O BOM MOMENTO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nessa terça-feira, dia 15, que o bom momento do setor industrial pode ser atribuído às políticas adotadas pelo Governo. “Tem muita gente que acha que o que está acontecendo é normal, que não tem nada a ver com o Haddad na Fazenda, não tem nada a ver com o Lula na Presidência. A indústria está crescendo porque é sorte. Será que isso é verdade?”, questionou Lula, ao participar de um evento para marcar o início da produção do Novo Nissan Kicks, veículo da fabricante japonesa em sua planta na região sul fluminense.

MOSTEM FAZ SUA ESTREIA

A empresa de tecnologia ModalGR – com forte atuação no setor de portuário e de transportes – apresentou sua nova denominação na noite dessa terça-feira, dia 15, em Santos (SP). Agora, ela passa a ser denominada Mostem. O nome, desenvolvido nos últimos meses, traz os conceitos de expansão e tecnologia no mundo dos negócios, explicaram os proprietários da empresa, Danilo Abbondanza e Luiz Simões.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 16/04/2025

NACIONAL - MOTTA ARTICULA AVANÇO DE PROJETO SOBRE PPPS E CONCESSÕES, DIZ DEPUTADO

Segundo Arnaldo Jardim, presidente da Câmara promete reunir colégio de líderes para discutir modernização da Lei nº 11.079/2004

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redenenews.com.br

O projeto de lei que visa aprimorar o arcabouço legal das concessões e parcerias público-privadas (PPPs) continua a avançar no Congresso Nacional. O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), comprometeu-se a agendar, após o feriado da Páscoa, uma reunião do colégio de líderes para discutir os princípios e pontos fundamentais do texto. A informação foi confirmada pelo deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) na terça-feira (15), em Brasília (DF).

RELATOR DO TEXTO, JARDIM FALOU SOBRE O ASSUNTO DURANTE O EVENTO FUTURO DAS CONCESSÕES E PPPs, QUE TEVE COMO FOCO O DEBATE DO PROJETO DE LEI 7.063/2017. A PROPOSTA BUSCA ATUALIZAR E APERFEIÇOAR A LEI Nº 11.079/2004, QUE ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Relator do texto, Jardim falou sobre o assunto durante o evento Futuro das Concessões e PPPs, que teve como foco o debate do Projeto de Lei 7.063/2017. A proposta busca atualizar e aperfeiçoar a Lei nº 11.079/2004, que estabelece normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública. Segundo o deputado, sua equipe tem trabalhado em ajustes que visam modernizar a legislação, tornando os processos mais eficientes, transparentes e seguros para os investimentos em infraestrutura.



Relator do texto, o deputado Arnaldo Jardim disse durante o evento Futuro das Concessões e PPPs que sua equipe tem trabalhado em ajustes que visam modernizar a legislação. Foto: Reprodução

De acordo com Arnaldo, a intenção é que já seja submetido aos parlamentares o parecer para deliberação do projeto. “A matéria já está em regime de urgência. Eu já fui formalmente designado, pelo ex-presidente Arthur Lira (PP-AL), e reafirmado agora pelo atual presidente

Hugo Motta. Então, o nosso parecer irá direto ao plenário para a deliberação”, disse.

O primeiro ponto abordado foi o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos. A ideia é que sejam melhor definidos os processos e padrões para evitar que o mecanismo seja utilizado de forma postergatória.

“Tempos, prazos e condicionantes. Nós temos dialogado positivamente, sabemos que há compreensão dos órgãos de controle com relação a isso. Nós queremos que no parecer isso fique definitivamente normatizado”, contou.

Outro tema a ser esperado é o estabelecimento de vínculos claros no repasse de recursos públicos. Segundo Jardim, o projeto prevê que os montantes possam ser aplicados não apenas em PPPs, mas também em concessões. “Estamos discutindo com o Ministério da Fazenda e a Casa Civil”.

O licenciamento ambiental também foi mencionado. Jardim detalhou que a proposta busca retirar a vinculação de responsabilidade culposa dos analistas ambientais, permitindo que eles possam tomar decisões sem receio de retaliações, o que daria mais celeridade à emissão dos documentos. “Para dar amparo aos órgãos ambientais, para que não se sintam ameaçados de tomar decisão e de fazer encaminhamentos”.

Por fim, Jardim comentou sobre a aplicação do Instituto de Recuperação Judicial nas concessões, sugerindo que uma análise mais flexível do órgão poderia ser necessária. A entidade tem como função prioritária disciplinar e dar continuidade à atividade de empresas que venham a enfrentar dificuldades econômico-financeiras.

“A preocupação sempre é dar atribuição ao poder concedente, para que possa intervir em caso de alegada e justificada necessidade, com condicionantes para que isso possa ser feito e uma premissa de tempo, para que isso não fique, depois, de uma forma permanente”, ressaltou.

“Ver o desenvolvimento como uma coisa estruturada e sustentável é só se tivermos um avanço na produtividade do país, na infraestrutura do país”, concluiu.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, reforçou a expectativa de que a modernização possa resultar na eliminação de alguns dos gargalos que ainda persistem no setor de logística, como a falta de segurança jurídica, ambiental e tributária, além de acelerar procedimentos.

“É fundamental, é emergencial que façamos uma revisão na lei das concessões no Brasil, o que beneficiará as mais de 100 concessões previstas para os próximos dois anos, representando investimentos que vão de R\$ 250 bilhões a R\$ 300 bilhões no país”, afirmou.

Inteligência legislativa

Arnaldo Jardim aproveitou a cerimônia para convidar o vice-presidente do Senado Federal, Eduardo Gomes (PL), a ser o representante do PL na Casa após a possível aprovação do texto na Câmara dos Deputados.

Gomes disse acreditar no conceito de inteligência legislativa. “Não podemos mais passar por um processo em que 10, 15, 20 processos e projetos concorrem entre para resolver coisa nenhuma. Então, quero chamar a atenção para a felicidade de concentrar, nesse processo de revisão das PPPs e concessões, as iniciativas que são multilaterais”.

Também estiveram presentes no evento autoridades como o secretário nacional de Hidrovias, Dino Antunes; Marcus Cavalcanti, secretário Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil; Nelson Barbosa, diretor de Planejamento e Relações Institucionais do BNDES, entre outros.

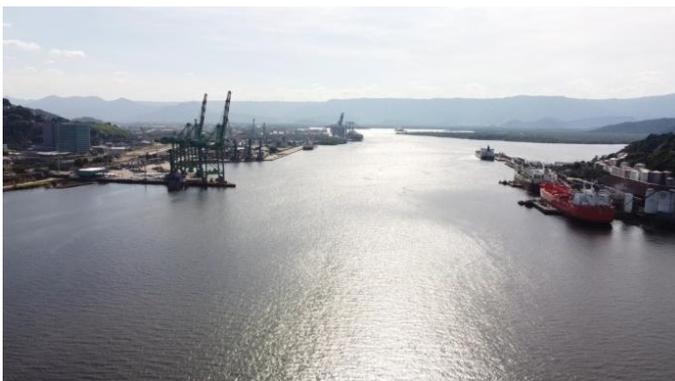
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2025

NACIONAL - MPOR ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA EXPANSÃO DE ÁREAS DO PORTO DE SANTOS

Proposta da Autoridade Portuária é aumentar área do Porto Organizado para mais de 20 milhões de metros quadrados

Da Redação redacao.jornal@redebenevents.com.br



Atualmente, a poligonal do porto conta com 7,8 milhões de metros quadrados. Com a proposta da APS, o complexo ganharia 12,6 milhões de metros quadrados em novas áreas

O Governo Federal, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor), abriu a consulta pública para o processo de expansão do Porto Organizado de Santos. O projeto da Autoridade Portuária de Santos (APS) prevê um aumento de até 164% na área da poligonal, que deverá totalizar 20,4 milhões de metros quadrados.

As propostas de inclusão de área foram apresentadas pela APS em dezembro do ano passado e encaminhadas à Secretaria Nacional de Portos (SNP) para aprovação. O projeto inclui áreas nos municípios de Cubatão, São Vicente e Bertioga, além de Santos e Guarujá.

O diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, afirmou que há expectativa de que o decreto sobre a nova poligonal seja publicado ainda no primeiro semestre.

“A iniciativa tem o objetivo de preparar o crescimento do Porto de Santos para as próximas décadas, de forma a atender o crescente aumento do gráfico de movimentação de cargas e ao próprio desenvolvimento do Brasil. Temos a expectativa, de ainda neste semestre, vermos publicado o decreto com a nova Poligonal do Porto de Santos, uma ação que mostra a preocupação desta gestão com o futuro do Porto de Santos e do Brasil”, declarou.

De acordo com o Ministério, a consulta estará disponível em até cinco dias, e o prazo para recebimento de contribuições se encerra no dia 13 de maio. O site para a consulta é www.gov.br/participamaisbrasil.

Ao todo, o porto formalizou 15 propostas que englobam 11 áreas. Entre os destaques está a inclusão da Vila dos Criadores, considerada pela APS o último espaço para expansão portuária na margem direita, em Santos, além da inclusão de espaços para condomínios logísticos, estacionamento para caminhões e áreas retroportuárias.

Atualmente, a poligonal do Porto de Santos conta com 7,8 milhões de metros quadrados. Com a proposta da APS, o maior complexo portuário do país ganharia 12,6 milhões de metros quadrados em novas áreas, visando a um dos principais objetivos da companhia, que é atender o gráfico crescente de movimentação de cargas.

PDZ

A APS informou que há uma relação de interdependência entre a poligonal e a concepção do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Santos. O PDZ tem a missão de definir a destinação do uso de áreas afetas e não afetas às operações portuárias, obedecendo aos limites da poligonal, de modo a projetar e garantir o futuro do complexo marítimo.

Segundo a Autoridade Portuária, na gestão anterior houve um avanço, seguido de recuo, em relação à expansão da poligonal. Até julho de 2020, a área do Porto Organizado era definida pelo Decreto 4.333, de 12/08/2002. Depois, em 2021, o tema voltou a ser debatido e, após duas portarias, o porto incorporou e excluiu, em um intervalo de dez meses (entre janeiro e outubro de 2022), cerca de seis milhões de metros quadrados da poligonal.

Agora, o objetivo da atual gestão é ampliar de forma inédita as áreas de expansão, com o intuito de atrair novos investimentos, fomentar a geração de empregos e tornar o complexo portuário de Santos ainda mais competitivo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 16/04/2025

NACIONAL - PL DOS PORTOS SERÁ DEBATIDO EM COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA, DIZ MINISTRO

Governo articula com presidente da Casa a instalação de colegiado para tratar do novo marco regulatório portuário e ouvir o setor produtivo

Por **YUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redenenews.com.br



Segundo o ministro Silvio Costa Filho, nos próximos dias haverá uma reunião com o presidente da Câmara, Hugo Motta, para tratar sobre a composição do novo colegiado. Foto: Yousefe Sipp

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, confirmou ao BE News na terça-feira (15) que o governo federal espera que o projeto de lei do novo marco regulatório portuário seja analisado por uma Comissão Especial dentro da Câmara dos Deputados. Segundo ele, nos próximos dias haverá uma reunião com o presidente da Casa Legislativa, Hugo Motta (Republicanos-PB), para tratar sobre a composição do novo colegiado.

“Ficamos de conversar possivelmente na quarta-feira (16) ou na quinta-feira (17) sobre o papel institucional dessa comissão. Ele ficou de definir o presidente e o relator para que a gente possa, após a Semana Santa, iniciar os trabalhos na comissão depois de instalada”, afirmou.

Conforme noticiado pelo BE News, na última quarta-feira (9), o PL 733/2025, idealizado para modernizar a exploração das atividades e operações portuárias, foi protocolado dentro da Comissão de Trabalho (CTRAB) da Câmara, tendo atualmente o deputado Leo Prates (PDT-BA) como relator.

A decisão causou indisposição entre os representantes do setor que participam de um fórum composto por empresários e trabalhadores, voltado para analisar as principais questões ligadas ao desempenho do segmento. O grupo está sendo acompanhado pelo Ministério e deve elaborar um documento com propostas para o texto da Comissão de Juristas para a Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Ceportos).

Caso Motta opte pela instalação da Comissão Especial, será necessário realizar a escolha de outro parlamentar para a relatoria do texto no novo grupo de trabalho. Costa Filho explicou que em breve os partidos políticos deverão fazer as indicações de nomes a serem escolhidos pelo presidente da Casa.

“É importante o debate com o Ministério, Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), TCU (Tribunal de Contas da União), órgãos de controle, para que possamos, junto com o setor produtivo e a classe trabalhadora, realizar um amplo debate e modernizar essa lei, desde que se valorize o setor produtivo, mas também se preserve as conquistas de muitos trabalhadores e trabalhadoras”, concluiu.

A comissão de juristas foi criada em março de 2024 pelo ex-presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com a missão de revisar o Marco Legal Portuário, instituído pela Lei 12.815/2013, que regula a operação direta e indireta de portos privados e instalações sob a responsabilidade da União. O colegiado foi comandado pelo ministro Douglas Alencar, do Tribunal Superior do Trabalho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2025

NACIONAL - GOVERNO QUER REATIVAR FERROVIAS COM NOVO MODELO DE CONCESSÃO

Ministério dos Transportes apresentou trechos desativados no Sudeste e defendeu maior flexibilidade para atrair investimentos privados

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



*Participaram do debate em Brasília Hélio Roberto de Souza, da SNTF, e Davi Barreto, da ANTF, além de Lucas Asfor e Alessandro Baumgartner, ambos representando a ANTT.
Foto: Jeff D'Ávila/ANTT*

O Ministério dos Transportes apresentou nesta terça-feira (15), em Brasília (DF), dois trechos ferroviários desativados com potencial para serem concedidos à iniciativa privada. As áreas, localizadas entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, foram destacadas como

exemplos do novo modelo de operação ferroviária por autorização, que permite maior flexibilidade e participação do setor privado na reativação de linhas ociosas.

O anúncio foi feito durante o evento Novos Caminhos Ferroviários: Debate sobre a Resolução do Chamamento Público de Ferrovias, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Na ocasião, o governo federal apresentou as diretrizes da resolução que regulamenta esse tipo de concessão.

Entre os trechos citados está o Corredor Minas-Rio, que liga Arcos (MG) ao Porto de Angra dos Reis (RJ), voltado ao transporte de cargas. O outro conecta Barra Mansa a Angra dos Reis, com foco no transporte de passageiros. Ambos estão atualmente fora de operação, mas são considerados estratégicos para estimular a economia local e integrar regiões produtivas ao sistema logístico nacional.

“O chamamento público nada mais é do que a disponibilização de uma infraestrutura já existente sob responsabilidade do poder público, para ser operada sob regime de direito privado. Nesse modelo, o estado oferece a infraestrutura e o operador assume a execução dos serviços, com maior liberdade em comparação ao regime tradicional de concessão. É uma nova forma de operação ferroviária. Isso permite viabilizar trechos que não interessam às atuais concessionárias”, afirmou Hélio Roberto de Souza, diretor de outorgas ferroviárias da Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário (SNTF), durante o evento.

De acordo com o Ministério dos Transportes, o Brasil possui cerca de 10 mil quilômetros de ferrovias desativadas, e a nova abordagem regulatória busca reativar parte dessa malha com contratos de até 99 anos, tarifas livres e menos burocracia. A proposta está alinhada ao Marco Legal das Ferrovias e pretende oferecer segurança jurídica para novos investimentos no setor.

O debate contou com a presença de autoridades como o diretor da ANTT, Lucas Asfor; o diretor da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), Davi Barreto; e o superintendente de transporte ferroviário da ANTT, Alessandro Baumgartner.

Durante o encontro, também foi anunciado o lançamento da Reunião Participativa nº 3/2025, prevista para o dia 29 de abril, com o objetivo de ouvir a sociedade e agentes do setor sobre os trechos com potencial para concessão por autorização. A reunião será realizada de forma híbrida, conforme divulgado no Diário Oficial da União.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2025

NACIONAL - OBRAS EM TRECHO DA VIA DUTRA ALCANÇAM 25% DE EXECUÇÃO APÓS UM ANO

Presidente Lula e ministro Renan Filho visitam canteiro na Serra das Araras, no trecho fluminense administrado pela CCR Rio SP

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Durante a visita ao canteiro de obras, o ministro dos Transportes, Renan Filho, destacou o impacto das obras para a região e o presidente Lula comentou a importância do projeto

As obras do novo traçado da Serra das Araras, na BR-116/ RJ/SP (Via Dutra), atingiram 25% de execução após um ano de atividades. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ministro dos Transportes, Renan Filho, visitaram o canteiro na terça-feira (14), no trecho fluminense da rodovia, administrado pela CCR Rio SP.

A rodovia é um dos principais corredores logísticos do país, com cerca de 390 mil veículos circulando mensalmente, dos quais 36% são de transporte de cargas.

Durante a visita, o ministro Renan Filho destacou o impacto das obras para a região. “Hoje temos aqui sentados, representando muitos que não puderam estar presentes, 2 mil trabalhadores que estão reconstruindo a Serra das Araras para o povo brasileiro”, afirmou.

O presidente Lula também comentou a importância do projeto. “É uma obra que a gente não pode olhar pra ela como uma obra de engenharia apenas, mas sim como uma obra que representa o futuro do Brasil que a gente deseja”, disse.

O empreendimento conta com investimentos de R\$ 1,5 bilhão, viabilizados por meio de debêntures incentivadas — as maiores já emitidas no país — e recursos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O novo traçado incluirá oito faixas de rolamento (quatro em cada sentido), 24 viadutos, rampas de escape, passarelas, sistema de iluminação e equipamentos de monitoramento. A esmava é que, quando concluída, a obra reduza o tempo de viagem em 25% no sentido São Paulo e em até 50% na descida para o Rio de Janeiro.

As pistas de subida e descida têm entregas previstas para 2028 e 2029, respectivamente. O projeto contempla ainda câmeras inteligentes, painéis de mensagens variáveis, sinalização moderna e conectividade ao longo do trajeto.

O ministro reforçou a abrangência dos efeitos das obras. “Esses investimentos reverberam em múltiplas áreas, porque nada gera uma externalidade tão positiva quanto a construção de uma nova estrada. Nada. Em primeiro lugar, porque impacta diretamente na preservação da vida”, afirmou.

A movimentação no canteiro de obras tem gerado aumento de demanda em comércios locais. Pequenos empresários relatam crescimento no fluxo de clientes, impulsionado pela presença de trabalhadores na região.

“Esta é uma das obras mais importantes da CCR no Brasil em um momento em que o Brasil bateu recorde de investimentos em infraestrutura”, destacou Miguel Setas, presidente do grupo CCR.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2025

REGIÃO SUL - PORTONAVE INVESTE R\$ 439 MILHÕES EM EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS

Terminal de Navegantes adquire guindastes, empilhadeiras e scanners com apoio do Reporto e projeta movimentar até 2 milhões de TEU por ano

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redenenews.com.br



Os novos scanners da Portonave, que devem entrar em operação ainda este ano, foram fabricados pela brasileira VMI Security e serão integrados ao sistema aduaneiro do terminal. Foto: Divulgação/Portonave

A Portonave, terminal portuário privado localizado em Navegantes (SC), anunciou investimentos de R\$ 439 milhões para reforçar a frota com equipamentos modernos e totalmente eletrificados. De acordo com a companhia, a aquisição foi viabilizada por meio do Reporto, regime tributário especial que concede

isenção de impostos para a compra de equipamentos destinados à modernização da infraestrutura de transportes.

A expectativa da empresa é que, com os novos equipamentos eletrificados, o terminal aumente sua capacidade de movimentação de 1,5 milhão para 2 milhões de TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), apenas com a otimização das operações.



A Portonave informou que adquiriu dois guindastes Ship-to-Shore (STS), utilizados no embarque e desembarque de contêineres nos navios; 14 guindastes Rubber Tyred Gantry (RTG), para movimentação no pátio; uma Reach Stacker, empilhadeira de grande porte; e dois modernos scanners. A previsão é que os scanners estejam disponíveis para uso até junho deste ano, e os demais equipamentos entrem em operação em 2026.

Os guindastes foram adquiridos junto à fabricante chinesa Shanghai Zhenhua Heavy Industries (ZPMC). Eles podem movimentar cargas de até 100 toneladas a uma altura de 55 metros e operar em navios de até 400 metros de comprimento. Segundo a companhia, os novos STS serão os primeiros desse porte no Brasil.

Os 14 novos RTGs têm capacidade para movimentar até 41 toneladas e empilhar até sete contêineres de altura. Os equipamentos são totalmente elétricos e alimentados por baterias que operam em conjunto com o sistema de eletrificação do pátio, implantado em 2016, e que também atende os demais RTGs do terminal.

Os equipamentos contam com recursos modernos para facilitar o manuseio, oferecem mais segurança e rapidez na manutenção. Os RTGs são da marca Konecranes, fabricados na Finlândia e montados na China.

Outro equipamento de pátio adquirido pela Portonave é a Reach Stacker, que será a primeira 100% elétrica a operar no setor portuário brasileiro. A nova máquina pode empilhar até seis contêineres de 45 toneladas. Sua bateria opera por até oito horas ininterruptas e leva 75 minutos para recarregar. O equipamento é equipado com um sistema eficiente que oferece segurança sem comprometer a produtividade.

Entre os recursos de segurança, a Reach Stacker utiliza câmeras que detectam a presença de pedestres, radar para identificar obstáculos e até um bafômetro que o operador precisa utilizar para que o equipamento seja ligado.

Vistoria de cargas

Os dois novos scanners, que devem entrar em operação ainda este ano, foram fabricados pela brasileira VMI Security e serão integrados ao sistema aduaneiro do terminal. Com a aquisição, os procedimentos serão otimizados, proporcionando mais segurança às análises e vistorias de cargas feitas pela Receita Federal.

Segundo a Portonave, além dos equipamentos, está sendo construída uma estrutura moderna para garantir que os aparelhos fiquem protegidos de condições climáticas adversas e facilitem a manutenção.

Com as novas aquisições, a Portonave passará a operar com oito STSs, 32 RTGs, sete Reach Stackers, quatro scanners para inspeção de cargas, quatro empilhadeiras de contêineres vazios e 45 Terminal Tractors.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2025

REGIÃO SUL - FLORIANÓPOLIS TERÁ VOO DIRETO PARA LIMA A PARTIR DE DEZEMBRO

Nova rota internacional da Latam terá três voos semanais e reduzirá em até três horas o tempo de deslocamento até o Peru

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O anúncio da nova rota foi feito durante ato na Casa d'Agrônômica, com a presença de autoridades locais, da Latam e da concessionária que gerencia o aeroporto de Florianópolis



Florianópolis (SC) passará a contar com uma nova rota internacional a partir de 2 de dezembro deste ano. A companhia aérea Latam iniciará voos diretos entre a capital catarinense e Lima, no Peru, com três frequências semanais. O anúncio foi feito na segunda-feira (14) durante ato na Casa d'Agrônômica.

“A chegada de um novo destino internacional comprova esse imenso potencial que Santa Catarina tem pra se conectar com mais cidades do mundo. Agora é a vez de um voo direto pra Lima e assim vamos intensificar o turismo e os negócios entre Santa Catarina e o Peru”, disse o governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL).

A rota será operada às terças, sextas e domingos. Os voos de retorno ocorrerão às segundas, quartas e aos sábados. A viagem terá duração média de cinco horas, com decolagens às 23h40 (horário local) de Lima e às 7h10 (horário local) de Florianópolis. Em comparação com trajetos que incluem conexão em Guarulhos (SP), a nova rota reduz o tempo de viagem em cerca de três horas.

A Latam iniciará a venda das passagens nos próximos dias por meio do site latam.com e em outros canais oficiais. Essa será a segunda operação internacional da empresa a partir de Santa Catarina — a primeira é a rota Florianópolis-Santiago (Chile). A expectativa da companhia é transportar até 43 mil passageiros por ano entre o Brasil e o Peru, somando-se às demais ligações internacionais já existentes, como São Paulo-Lima, Rio de Janeiro-Lima, Brasília-Lima, Porto Alegre-Lima e Curitiba-Lima.

“Este novo destino completa um ciclo de importantes conexões para Santa Catarina. A Latam ligará os catarinenses com o Pacífico e Costa Oeste dos Estados Unidos. Uma conquista importante para o movimento de passageiros internacionais que vem crescendo de forma exponencial em nosso estado”, afirmou o secretário, Beto Martins.

“A nova rota da Latam para Lima reforça o potencial de conectividade de Florianópolis, ligando o passageiro da Região Sul do Brasil não apenas com o Peru, mas também com a América do Norte e o Caribe. Isso irá não apenas levar mais brasileiros ao exterior, como também atrair mais turistas a Santa Catarina”, comentou Eduardo Macedo, head de Assuntos Públicos da Latam Brasil.

“A chegada do voo para Lima reforça a internacionalização do Floripa Airport que agora oferece cinco rotas regulares para fora do país. A nova opção é mais uma oportunidade de consolidação do aeroporto na posição de destaque que ocupa hoje como o terceiro que mais movimentam passageiros internacionais no Brasil”, afirmou Ricardo Gesse, CEO da Zurich Airport Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2025

REGIÃO SUDESTE - DP WORLD INAUGURA NOVO ESCRITÓRIO DE AGENCIAMENTO DE CARGAS EM SP

Novo espaço localizado em Campinas reforça planos de expansão da empresa em território brasileiro

Da Redação redacao.jornal@redebene.com.br

A DP World, uma das principais operadoras de terminais do mundo, anunciou nesta semana a inauguração de um novo escritório de freight forwarding (agenciamento de cargas) no município de Campinas (SP). O novo escritório está localizado no bairro Jardim Madalena.

O novo espaço faz parte da estratégia de expansão da multinacional árabe no Brasil, além de reforçar sua atuação como fornecedora de soluções logísticas, integrando serviços e otimizando operações em toda América Latina.

A unidade amplia a presença da DP World Logistics no país e fortalece sua rede de conectividade logística global que, desde 2023, vem abrindo mais de 150 escritórios de agenciamento de cargas

em todo o mundo, incluindo 20 nas Américas. Essa rede inclui operações no Chile, Colômbia, República Dominicana, Equador, Panamá, Peru e Suriname.



De acordo com a DP World, a abertura do novo escritório no Interior de São Paulo integra um plano de expansão mais amplo em território brasileiro, que teve início no ano passado. Foto: Reprodução/Instagram/DP World

Segundo a empresa, a nova unidade de Campinas conta com uma gama completa de serviços, incluindo frete marítimo FCL (full container load) e LCL (Less than Container Load) load), frete aéreo, transporte doméstico rodoviário de contêineres, armazenagem, seguro internacional e desembaraço aduaneiro.

De acordo com a DP World, a abertura do novo escritório no interior de São Paulo integra um plano de expansão mais amplo em território brasileiro, que teve início no ano passado, com a abertura de novos escritórios em São Paulo (SP) e Itajaí (SC).

Segundo a companhia, ainda em 2025, estão previstas inaugurações de novas unidades em Curitiba (PR), Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro (RJ). A partir de 2026, dois novos escritórios serão implantados em Manaus e Fortaleza, respectivamente, contribuindo para a geração de cerca de 150 novos empregos diretos, nas áreas de vendas, operações e administração.

A DP World administra um dos principais terminais portuários, localizado na margem esquerda do Porto de Santos (SP).

Até o momento, segundo dados divulgados pela empresa, mais de R\$ 3 bilhões já foram investidos na estrutura do terminal, que possui uma área total de 845 mil m² e capacidade de movimentação anual de 1,4 milhão de TEU e 5 milhões de toneladas de celulose. Com os investimentos mais recentes, a capacidade será ampliada para 1,7 milhão de TEU.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2025

REGIÃO SUDESTE - CAMINHÃO COM ETANOL TOMBA E INTERDITA RODOVIA ENTRE CUBATÃO E SANTOS

Acidente no km 260 da Cônego Domênico Rangoni provocou bloqueio total das pistas e isolamento por risco de explosão

Por **MARIANA NEROME** mariana.nerome@redebnews.com.br

Um caminhão carregado com etanol tombou na manhã de terça-feira (15) na rodovia Cônego Domênico Rangoni, na altura do km 260, entre Cubatão e Santos, no sendo São Paulo. De acordo com a Polícia Militar Rodoviária (PMR), o acidente provocou o bloqueio total das duas pistas por conta do risco de explosão. A área foi isolada em um raio de aproximadamente 500 metros.

A PMR informou que o caminhoneiro dormiu ao volante, perdendo o controle e colidindo com outro caminhão. O impacto fez com que o veículo invadisse a pista contrária e acabasse tombando.

O bolem da concessionária Ecovias Imigrantes destacou que a interdição abrangeu o km 260 ao km 258, para quem se dirige a São Paulo, e do km 260 ao km 262, no sentido Guarujá.

Por consequência, a espera na fila da balsa Santos x Guarujá chegou a 70 minutos, de acordo com a secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do estado de São Paulo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2025

REGIÃO NORDESTE - OBRAS DA FERROVIA OESTE-LESTE SÃO RETOMADAS NO SUDOESTE DA BAHIA

Trecho de 537 km entre Ilhéus e Caeté avança após paralisação
Da Redação redacao.jornal@redebenevents.com.br



Quando estiver finalizada, a Fiol terá 1.527 quilômetros de extensão e será uma peça-chave no transporte ferroviário nacional, conectando o futuro Porto de Ilhéus a Figueirópolis.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) confirmou nesta semana a retomada das obras da Ferrovia Oeste Leste (Fiol) no Sudoeste da Bahia. As atividades

havam sido interrompidas no início do mês, mesmo com 75% do trecho já executado. Agora, os trabalhos recomeçam no lote 4F do chamado Fiol 1, que liga o município de Ilhéus, no litoral sul da Bahia, a Caeté, no sudoeste do estado.

Com 537,2 quilômetros de extensão total, o Fiol 1 tem grande relevância para a infraestrutura de transporte da região. O lote 4F, onde as obras voltaram a acontecer, atravessa seis municípios da região conhecida como Sertão Produtivo: Brumado, Tanhaçu, Ibiassucê, Caeté, Lagoa Real e Rio do Antônio. Em Caeté, também está prevista a construção de um terminal intermodal, que deverá fortalecer a logística de escoamento de cargas.

A retomada da ferrovia foi anunciada em 2023 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), durante uma visita a Ilhéus, como uma das obras contempladas pelo Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A empresa responsável pela execução do projeto é a Bahia Ferrovias S.A.

Além do Fiol 1, a ferrovia é composta por outros dois segmentos. O Fiol 2, que vai de Caeté até Barreiras, e o Fiol 3, planejado para ligar Barreiras a Figueirópolis, no Tocantins. Este último ainda depende da licença de instalação para que as obras possam ser iniciadas.

Quando estiver finalizada, a Fiol terá 1.527 quilômetros de extensão e será uma peça-chave no transporte ferroviário nacional, conectando o futuro Porto de Ilhéus à cidade de Figueirópolis, onde se encontrará com a Ferrovia Norte-Sul. Essa ligação deverá ampliar significativamente a capacidade de escoamento de produção entre o Nordeste e o Centro-Oeste do país.

O destino principal da carga transportada pela Fiol será o Porto Sul, em construção nas proximidades de Ilhéus. O complexo portuário terá dois terminais — um para minério e outro para grãos — e está sendo desenvolvido pelo governo estadual. A empresa Bamin, que será responsável pela operação do terminal de minério, esma investir cerca de R\$ 20 bilhões na região. A expectativa é que o porto entre em operação em 2027 e gere aproximadamente 7.200 empregos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/04/2025

REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES CHEGA AOS 70 ANOS

Da Redação



Divulgação/RPBC

Primeira grande refinaria brasileira construída pela Petrobras, em 1955, a Presidente Bernardes (RPBC) completa hoje 70 anos de fundação. As comemorações do aniversário começaram em março e seguem até o final deste mês, com uma extensa programação de atividades culturais, esportivas e sociais.

A criação da RPBC possibilitou a expansão da área industrial da cidade e transformou Cubatão, na década de 70, no maior polo petroquímico da América Latina.

Em 2024, graças à atuação da RPBC, Cubatão recebeu quase R\$ 98 milhões em impostos municipais pagos pela Petrobras. A cidade foi a segunda do Brasil que recebeu mais recursos de tributos da companhia.

Por dia, a RPBC produz 8,2 mil m³ de gasolina, volume que daria para abastecer 140 mil carros, e 14,4 mil m³ de diesel, quantidade suficiente para encher o tanque (120 litros) de quase 120 mil caminhões. A produção diária de GLP, o gás de cozinha, possibilita o abastecimento de 108 mil botijões residenciais de 13 quilos.

A RPBC tem capacidade de processar 180 mil barris de óleo por dia, sendo responsável por 11% da produção de derivados da Petrobras. A refinaria tem produção exclusiva de gasolina de aviação, gasolina Podium Carbono Neutro, gasolinas especiais (primeiro enchimento, padrão e competição) e solventes (benzeno, xilenos e tolueno). A unidade produz ainda gasolina A, diesel S-10, gás de cozinha e outros derivados. A maior parte da produção é destinada ao mercado da Grande São Paulo e uma parcela abastece também a Baixada Santista e regiões Norte, Nordeste e Sul do país.

Fonte: *Jornal da Orla - SP*

Data: 16/04/2025

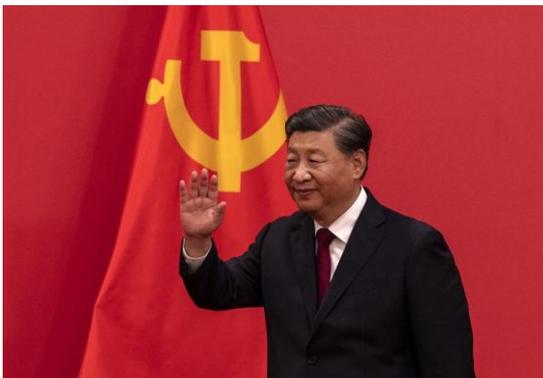


JORNAL O GLOBO – RJ

CHINA CONVOCA REUNIÃO INFORMAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU PARA 'TRATAR DE TARIFAS', DIZ AGÊNCIA

Em nota sobre o encontro, país acusa governo Trump de 'bullying' tarifário e diz que todos os países são "vítimas do unilateralismo"

Por O Globo com agências internacionais



O presidente da China, Xi Jinping — Foto: Bloomberg

A China vai convocar na próxima semana uma reunião informal do Conselho de Segurança da ONU para acusar os Estados Unidos de 'bullying' e de "lançar uma sombra sobre os esforços globais pela paz e desenvolvimento" ao usar tarifas como arma.

“Todos os países, especialmente os em desenvolvimento, são vítimas do unilateralismo e das práticas de bullying”,

diz a nota conceitual da reunião informal da ONU sobre “o impacto do unilateralismo e das práticas de intimidação nas relações internacionais”, a que a Reuters teve acesso.

A nota, que convida todos os 193 Estados-membros da ONU a participarem da reunião de 23 de abril, critica especificamente os Estados Unidos pela imposição de tarifas.

“Ao usar tarifas como ferramenta de pressão extrema, os EUA violaram gravemente as regras do comércio internacional e provocaram choques e turbulências severas na economia mundial e no sistema multilateral de comércio, lançando uma sombra sobre os esforços globais para a paz e o desenvolvimento”, afirma o documento.

A missão dos EUA na ONU encaminhou o pedido de comentário sobre a reunião planejada pela China ao Departamento de Estado, que não respondeu de imediato.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/04/2025

GOVERNO PROJETA R\$ 620,8 BILHÕES EM RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS PARA 2026, O EQUIVALENTE A 4,5% DO PIB

Neste ano, previsão é que Executivo abra mão de R\$ 543 bilhões

Por Bruna Lessa — Brasília



A ministra de Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, conversa com o ministro da fazenda, Fernando Haddad — Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Mesmo com os esforços do governo federal para conter benefícios fiscais, os chamados gastos tributários — isenções, deduções e regimes favorecidos que reduzem a arrecadação — devem atingir R\$ 620,8 bilhões em 2026, o equivalente a 4,53% do Produto Interno Bruto (PIB).

Os dados constam do Demonstrativo de Gastos Tributários anexado ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026, cujos detalhes foram divulgados nesta quarta-feira.

Os números totais representam um crescimento em relação aos R\$ 543,6 bilhões projetados para 2025. Isso representa uma expansão de mais de R\$ 77 bilhões em um ano. Em 2025, os gastos tributários já representavam quase 20% da arrecadação prevista pela Receita Federal.

A cifra mantém os gastos tributários em um patamar elevado, o que pode continuar gerando preocupação em órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União (TCU), que já alertou para as necessidades de avaliar a eficácia dos incentivos e da sua compatibilidade com as metas fiscais do país.

De acordo com o documento apresentado, os benefícios estão fortemente concentrados em áreas como comércio e serviços, agricultura e no regime do Simples Nacional. Juntas, essas três frentes respondem por mais de R\$ 350 bilhões em isenções. A estimativa inclui diversos tipos de benefícios, como desoneração da folha, isenção de tributos federais, regimes especiais e deduções.

O Simples Nacional, voltado a micro e pequenas empresas, responde sozinho por R\$ 120,1 bilhões. Já o setor de comércio e serviços lidera em valores absolutos, com R\$ 137,9 bilhões. A agricultura, que inclui desonerações como a da cesta básica e isenções previdenciárias sobre exportações, tem renúncia projetada em R\$ 101,3 bilhões. Outras áreas, como assistência social, ciência e tecnologia e saúde, também aparecem entre os maiores valores.

Maiores renúncias tributárias em 2026 (por função orçamentária):

- Comércio e Serviços: R\$ 137,9 bilhões
- Simples Nacional: R\$ 120,1 bilhões
- Agricultura: R\$ 101,3 bilhões
- Assistência Social: R\$ 41,1 bilhões
- Ciência e Tecnologia: R\$ 18,7 bilhões
- Saúde: R\$ 11,4 bilhões
- Educação: R\$ 10,6 bilhões

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/04/2025

APESAR DE INCERTEZAS, PIB FLUMINENSE DEVE CRESCER EM 2025 MAIS DO QUE O NACIONAL PELO QUINTO ANO CONSECUTIVO, PROJETA FIRJAN

Por Luciana Casemiro



Plataforma de petróleo: economista-chefe da Firjan estima que preço da commodity deve se estabilizar nos próximos meses — Foto: Domingos Peixoto/Agência O Globo/04-10-2023

Pelo quarto ano consecutivo a economia do Estado do Rio subiu mais do que a média nacional: 3,9% ante 3,4%, mostra levantamento da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) ao qual o blog teve acesso em primeira mão. Apesar das incertezas na economia global, especialmente provocadas pela guerra comercial declarada pelos EUA, a federação projeta o PIB fluminense avançar mais do que o do país, uma alta de 2,6% contra uma estimativa de mercado de crescimento nacional próximo a 2%. A cadeia do petróleo e as obras de infraestrutura, como os projetos habitacionais, seguem oferecendo perspectivas positivas, atenuando os impactos de um cenário adverso, avalia presidente da Firjan, Luiz César Caetano. Esses resultados, segundo a Firjan, mostram o fortalecimento da economia do estado após uma década de retração, quando o PIB do Rio acumulou queda de 5,4%.

A queda do preço do petróleo e derivados no mercado internacional, registrada após o tarifaço de Donald Trump, preocupa. Mas Jonathas Goulart, economista-chefe da Firjan, acredita que, no médio prazo, a tendência é que o preço da commodity se ajuste para um patamar de maior normalidade.

- O mercado está num momento muito grande de incerteza e, por isso, essa alta volatilidade nos preços. Mas a expectativa é que as commodities de energia, especificamente o petróleo, se estabilizem nos próximos meses - afirma Goulart.

O economista admite, no entanto, que monitorará de perto os efeitos da volatilidade do preço do petróleo, avaliando seus impactos sobre as previsões trimestre a trimestre e considerando a possibilidade de revisões nas próximas edições.

- No entanto, um ponto positivo a destacar para as perspectivas do setor de óleo e gás no Rio de Janeiro é que a produção já se encontra consolidada e em operação, beneficiada por um ciclo de investimentos estruturantes. Esses investimentos garantem, inicialmente, resiliência ao setor no curto e médio prazo, assegurando um desempenho contínuo, mesmo diante das flutuações do mercado, o que nos faz manter a nossa previsão de crescimento da economia fluminense em 2,6% - explica Jonathas Goulart.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/04/2025

ECONOMIA GLOBAL CAMINHA PARA RECESSÃO, DIZ AGÊNCIA DA ONU

Unctad corta crescimento mundial para 2,3% em 2025 devido à guerra comercial e o aumento das incertezas, que podem ser agravadas e levar a atividade econômica a retrair



Carregamento de contêineres no porto de Keelung, em Taiwan — Foto: I-Hwa Cheng / AFP

A economia mundial está em trajetória recessiva, devido ao aumento das tensões comerciais e à incerteza persistente, alertou nesta quarta-feira a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) em seu novo relatório, "Perspectivas de Comércio e Desenvolvimento 2025 – Sob pressão: A incerteza remodela as perspectivas econômicas globais".

Segundo o relatório, o crescimento global deve desacelerar para 2,3% em 2025, colocando a economia mundial no caminho para uma recessão. O documento aponta ameaças crescentes, incluindo choques nas políticas comerciais, volatilidade financeira e um aumento da incerteza.

Para a Unctad, a guerra tarifária está desorganizando cadeias de suprimento e minando a previsibilidade.

“A incerteza nas políticas comerciais está em um nível historicamente alto”, destaca o relatório, “e isso já está se traduzindo em decisões de investimento adiadas e redução nas contratações.”

A desaceleração afetará todas as nações, mas a Unctad expressa maior preocupação com os países em desenvolvimento, especialmente as economias mais vulneráveis.

Muitos países de baixa renda enfrentam uma “tempestade perfeita” de condições financeiras externas desfavoráveis, dívidas insustentáveis e enfraquecimento do crescimento interno.

Em paralelo, a Organização Mundial do Comércio (OMC) reduziu drasticamente sua previsão para o comércio mundial neste ano.

Em suas novas projeções, a OMC, com sede em Genebra, espera que o volume do comércio mundial de mercadorias caia 0,2% em 2025 — quase três pontos percentuais a menos do que seria sem a guerra comercial liderada pelos EUA, marcando uma reversão em relação às expectativas do início do ano. A previsão é que o comércio se recupere com um crescimento de 2,5% em 2026.

A contração deste ano será ainda pior se os EUA avançarem com os níveis mais altos de tarifas chamadas "recíprocas".

“Juntas, as tarifas recíprocas e a crescente incerteza nas políticas comerciais levariam a uma queda de 1,5% no comércio mundial de mercadorias em 2025”, disse a OMC em seu relatório de quarta-feira.

O comércio na América do Norte será o mais afetado, enquanto a Ásia e a Europa continuarão a apresentar um crescimento modesto.

Mas a OMC alertou que a grande ruptura no comércio entre EUA e China pode levar os exportadores chineses a buscar novos mercados.

“A ruptura no comércio EUA-China deve desencadear um desvio significativo de comércio, levantando preocupações entre terceiros mercados sobre o aumento da concorrência chinesa”, escreveu a OMC.

O comércio de serviços também será prejudicado. A OMC agora prevê que os serviços comerciais cresçam 4% este ano e 4,1% em 2026, em comparação com 6,8% no ano passado.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/04/2025

EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA CHINA TÊM 1ª QUEDA EM DEZ ANOS E IMPORTAÇÕES BATEM RECORDE

Vendas para o país asiático caíram 13% no primeiro trimestre em valores e somaram US\$ 19,8 bi, com recuo no preço das commodities. Para entidade, é cedo para culpar guerra comercial

Por Vinicius Neder, O Globo — Rio de Janeiro



Vista do Porto de Santos, no litoral paulista — Foto: Divulgação Porto de Santos via Agência Brasil

As exportações do Brasil para a China somaram US\$ 19,8 bilhões de janeiro a março, recuo de 13,4% ante igual período de 2024, a primeira queda nessa base de comparação em dez anos. Já as importações registraram o recorde de US\$ 19,1 bilhões. A balança seguiu com superávit, de US\$ 745 milhões, o menor saldo positivo desde 2015, quando houve déficit.

Os dados chamam atenção por causa da guerra comercial iniciada pelo presidente dos EUA, Donald Trump. Embora a balança do primeiro trimestre tenha fechado antes do anúncio do tarifaço, no início deste mês, as trocas ocorreram sob as primeiras medidas do governo americano — China, Canadá, México e alguns produtos específicos já haviam tido suas tarifas elevadas.

O Comércio entre os dois países

Houve queda nas exportações brasileiras para o mercado chinês, considerando o primeiro trimestre de cada ano, pela primeira vez desde 2015

(Em bilhões de dólares FOB*)



*Medida internacional do comércio exterior

Fonte: Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic)

Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Entre os destaques nas exportações, a soja bateu recorde na quantidade embarcada para a China, com 16,9 milhões de toneladas no primeiro trimestre. Mas, como os preços em dólar caíram, o valor exportado encolheu 4,4% ante o primeiro trimestre de 2024, para US\$ 6,7 bilhões.

Para Tulio Cariello, diretor de Conteúdo e Pesquisa do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), ainda é cedo para apontar sinais da guerra comercial nos dados. Um efeito esperado é o aumento da demanda chinesa pelas matérias-primas do Brasil. No outro sentido, analistas citam uma “invasão” de produtos industriais da China no mercado brasileiro e de outros países.

O comércio entre Brasil e China — Foto: Editoria de Arte

No primeiro trimestre, pesou sobre as exportações para a China o tombo nas cotações das principais commodities produzidas pelo Brasil, segundo levantamento do CEBC com dados da balança comercial do Ministério do

Os embarques de minério de ferro cresceram 3% em volume, mas caíram 25% no valor total vendido, para US\$ 3,9 bilhões. As vendas de petróleo também somaram US\$ 3,9 bilhões, queda de 25% no valor e de 26% na quantidade ante o primeiro trimestre de 2024.

— No caso da soja, vendemos mais em toneladas, mas, por conta do preço, teve um faturamento menor — afirmou Cariello.



O presidente dos EUA, Donald Trump, à esquerda, e Howard Lutnick, secretário de comércio dos EUA, durante um anúncio de tarifas no Rose Garden da Casa Branca em Washington — Foto: Kent Nishimura/Bloomberg

Na semana passada, a Aprosoja-MT, associação que representa os produtores de Mato Grosso, disse ver na guerra comercial oportunidades para ganhar mercado. Em vídeo, Lucas Beber, presidente da entidade, disse que “o Brasil já é o maior fornecedor de soja para a China, e temos condições de aumentar essa oferta”,

neste e nos próximos anos.

Segundo o levantamento do CEBC, que será divulgado hoje, também houve recordes de exportações brasileiras dos chamados “minerais críticos”, demandados na transição energética. As exportações de cobre atingiram US\$ 331 milhões, um salto de 180% sobre o primeiro trimestre de 2024.

Nas importações, apesar do recorde no primeiro trimestre, a “invasão” esperada caso as vendas da China destinadas aos EUA sejam desviadas para o Brasil não parece estar ocorrendo ainda, disse Cariello.

Plataforma destoa

O único movimento atípico no primeiro trimestre foi a compra de uma plataforma de petróleo. O equipamento respondeu por US\$ 2,661 bilhões das importações vindas da China. Bem acima dos US\$ 549 milhões de compras em painéis solares, segundo bem mais importado.

— Estamos vendo um quadro relativamente normal. O que destoa foi a compra da plataforma de petróleo — disse Cariello.

A Petrobras tem encomendado plataformas na China nos últimos anos, ainda que a cadeia de produção dos equipamentos envolva mais de um país. Em dezembro, a FPSO Alexandre de Gusmão deixou o estaleiro chinês, a caminho do Brasil, para ser instalada na Baía de Santos.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 16/04/2025

TRUMP PEDE ESTUDO PARA DECIDIR SOBRE A TAXAÇÃO DA IMPORTAÇÃO DE MINERAIS CRÍTICOS PELOS EUA

País tem reservas internas, mas importa maior parte dessas matérias-primas para a indústria de tecnologia. Presidente quer estimular produção interna

Por O Globo — Nova York

O presidente dos EUA, Donald Trump, pediu hoje a seus auxiliares que seja feito um estudo sobre a necessidade de impor tarifas comerciais sobre minerais críticos, matérias-primas importantes para a indústria de tecnologia, no que foi a sua mais recente medida na sua guerra comercial.

A ordem, assinada por Trump nesta terça-feira, determina que o secretário de Comércio inicie uma investigação com base na Seção 232 da Lei de Expansão do Comércio de 1962 para “avaliar o

impacto das importações desses materiais sobre a segurança e resiliência dos Estados Unidos”, segundo um informativo da Casa Branca.



Lítio refinado empilhado na refinaria Sigma Lithium. Produto é um dos 'minerais críticos' cobijados por vários países. — Foto: Dado Galdieri/Bloomberg

Se o secretário concluir que as importações de minerais críticos ameaçam “prejudicar a segurança nacional” e o presidente decidir impor tarifas, essa taxaçã substituiria os atuais chamados encargos recíprocos anunciados por Trump no início deste mês sobre parceiros comerciais dos EUA e que foram suspensos por 90 dias, exceto para produtos da China.

A ordem abrange todos os minerais críticos, incluindo elementos de terras raras, classificando-os como “blocos fundamentais da nossa base industrial de defesa” e cruciais para a fabricação de motores a jato, sistemas de orientação de mísseis, computadores avançados, bem como equipamentos de radar, óptica e comunicações.



O presidente dos EUA, Donald Trump, à esquerda, e Howard Lutnick, secretário de comércio dos EUA, durante um anúncio de tarifas no Rose Garden da Casa Branca em Washington — Foto: Kent Nishimura/Bloomberg

A medida também abrange urânio, minerais críticos processados e produtos derivados. Pela lei, o secretário de Comércio deverá apresentar os resultados da investigação no prazo de 270 dias.

Trump já havia sinalizado a medida nos últimos dias, sugerindo que seu governo poderia considerar tarifas sobre minerais críticos, após já ter imposto tarifas setoriais sobre aço e alumínio, automóveis e peças automotivas.

Na segunda-feira, a administração também anunciou a abertura de investigações sobre importações de semicondutores e produtos farmacêuticos — também lideradas pelo Departamento de Comércio.

No mês passado, Trump também invocou poderes emergenciais para ampliar a capacidade dos EUA de produzir minerais críticos — parte de um esforço mais amplo para estimular o desenvolvimento de recursos naturais domésticos e reduzir a dependência do país em relação às importações estrangeiras.

Produzir no país em vez de importar

Essa ordem busca fornecer financiamento, empréstimos e outros apoios a investimentos no processamento interno desses minerais.

Apesar de possuir alguns minerais críticos, os EUA atualmente importam uma quantidade significativa, o que gera riscos econômicos e de segurança, segundo a Casa Branca. O governo afirma que o país depende de importações para pelo menos 15 minerais críticos, sendo que 70% das importações de terras raras vêm da China.

Trump tem implementado tarifas generalizadas com o objetivo de fortalecer a indústria manufatureira e a produção de energia dos EUA, além de gerar novas receitas para o governo federal. Mas essas medidas têm abalado os mercados, que temem que as tarifas acabem elevando os preços para os consumidores, rompendo cadeias internacionais de suprimentos e reduzindo o comércio — o que pode levar a economia global a uma recessão.



No início deste mês, Trump impôs — e logo suspendeu — tarifas mais altas sobre cerca de 60 parceiros comerciais dos EUA, numa tentativa de dar tempo para que esses países negociem acordos e evitem os novos encargos de importação. Essa pausa, no entanto, não impediu o presidente de seguir adiante com tarifas específicas por setor.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/04/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PETROBRAS: PIETRO MENDES É REELEITO PARA PRESIDIR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A assembleia também ratificou as contas da companhia e o pagamento de dividendos de R\$ 9 bilhões, já aprovados e comunicados ao mercado pela companhia em 26 de fevereiro

Por Gabriel Vasconcelos (Broadcast) e Denise Luna (Broadcast)

RIO - Os acionistas da Petrobras reunidos em assembleia-geral, nesta quarta-feira, 16, reconduziram o secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, Pietro Mendes, à presidência do conselho de administração, como era previsto, conforme antecipou o Estadão/Broadcast.

O conselho de administração da estatal ganhou um novo membro: o engenheiro e empresário José Fernando Coura, indicado pela União para a vaga deixada por Vitor Saback, ex-secretário do Ministério de Minas e Energia (MME) que deixou o governo e o Conselho da estatal para assumir a presidência da companhia produtora de cobre Paranapanema.

Coura foi eleito com 5,269 bilhões de votos, alocados pela União no processo por voto múltiplo, o número mínimo para garantir a cadeira. Com votos do governo também foram reconduzidos Mendes, reeleito para presidir o colegiado; a presidente da companhia, Magda Chambriard, que ocupa assento no colegiado; o advogado Renato Galuppo; o advogado Rafael Dubeux, secretário do Ministério da Fazenda; e o economista Bruno Moretti, secretário da Casa Civil.

Conforme apurou o Estadão/Broadcast, Coura foi indicado ao Conselho da Petrobras pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Na prática, sua entrada no colegiado preserva a relação de forças entre indicados pelo governo. Silveira indicou Coura, Galuppo e Mendes, enquanto a Fazenda indicou Dubeu, e a Casa Civil, Moretti.

Moretti foi eleito com 3,973 bilhões de votos, menos do que o mínimo necessário, mas o suficiente para superar qualquer outro candidato. Também indicados pela União, Benjamin Rabello Filho e Yvanira Correia não receberam votos da União e ficaram fora do conselho. Seus nomes foram enviados à companhia pelo terceiro ano seguido, mas, na prática, com um caráter de reserva dentro da estratégia do governo.

De sua parte, os acionistas privados elegeram o investidor Juca Abdalla e o contador Aloísio Macário Ferreira de Souza, que completam as oito das 11 cadeiras em jogo. Ambos já haviam sido confirmados por terem obtido mais de 7 bilhões de votos via Boletim de Voto à Distância (BDV), mas ainda ampliaram sua votação com os votos sufragados no momento da assembleia. Juca Abdalla obteve, finalmente, 9,291 bilhões de votos e Macário, 7,558 bilhões.

O mínimo necessário nesta eleição para ocupar uma vaga no Conselho da estatal era de 5,269 bilhões de votos, marca superada por ambos.

Com quase 3% do capital acionário da Petrobras, Abdalla tem votos suficientes para eleger a si mesmo e mais um conselheiro — neste caso, Macário, indicado pelo Fundo de Investimentos em Ações Dinâmica, controlado por seu Banco Clássico.

Nesta eleição ao conselho da Petrobras, oito das 11 cadeiras estavam em aberto para votação por voto múltiplo. Com dois assentos já conquistados por acionistas privados, restam seis cadeiras, a serem preenchidas pela União ainda nesta tarde.

A representante dos trabalhadores, Rosângela Buzanelli, e os eleitos em separado pelos acionistas ordinários e preferencialistas, Francisco Petros e Jerônimo Antunes, permanecem em seus cargos no Conselho, por terem sido eleitos por fora do voto múltiplo.

Nesse mecanismo, que multiplica o número de votos pelo número de candidatos, permitindo livre alocação, uma renúncia levou, automaticamente, a uma nova eleição para essas cadeiras — a do advogado e ex-conselheiro, Marcelo Gasparino, que deixou o Conselho da Petrobras em março.

Distribuição de dividendos

A assembleia também ratificou as contas da companhia e o pagamento de dividendos de R\$ 9 bilhões, que já haviam sido aprovados e comunicados ao mercado pela companhia em 26 de fevereiro. Não se trata de novo provento, mas o aval da assembleia que libera o pagamento.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/04/2025

PETROBRAS: MAGDA DIZ QUERER EVITAR TRAZER GUERRA COMERCIAL PARA PREÇOS: 'CONFUSÃO QUE NÃO É NOSSA'

Presidente da estatal afirmou que empresa não avalia só cotação do dólar e do Brent para decidir sobre um eventual reajuste nos combustíveis, mas também o produto e o impacto do market share
Por Denise Luna (Broadcast)

RIO - A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou nesta quarta-feira, 16, que a empresa não avalia apenas a cotação do dólar e do Brent para decidir sobre um eventual reajuste no preço dos combustíveis, mas também analisa o produto e o impacto do market share.

Magda repetiu que não quer trazer para o mercado interno “uma confusão que não é nossa”, referindo-se à guerra comercial entre Estados Unidos e China que está impactando o preço do petróleo no mercado internacional.

Na terça, ao Estadão/Broadcast, Magda disse que já estava na hora de olhar novamente o comportamento dos preços, já que o último ajuste do diesel foi no dia 1º de abril.



Magda se disse 'otimista' em relação à concessão de licença ambiental pelo Ibama para explorar a Margem Equatorial brasileira Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

“Os preços dos combustíveis fazem parte do dia a dia, olhamos de 15 em 15 dias. Nem os conselheiros privados, nem os governamentais reclamam disso”, afirmou Magda após evento na Coppe/UFRJ, onde assinou termo de cooperação para construção do Loop de Garantia de Escoamento.

Margem Equatorial

A presidente da Petrobras disse que se considera “otimista” em relação à concessão de licença ambiental pelo Ibama para explorar a Margem Equatorial brasileira. Sem querer indicar um prazo

para o documento, que é aguardado há anos, a executiva se limitou a dizer que a estatal “entregou tudo o que o Ibama desenhou”.

“Precisamos que o Ibama faça a fiscalização e agende o teste pré-operacional”, disse.

Ao ser questionada se estaria olhando os quatro setores na bacia da Foz do Amazonas que serão leiloados pelo governo em 17 de junho, uma das cinco bacias da Margem Equatorial brasileira, Magda se limitou a dizer “que está olhando todas as áreas ofertadas”, e que não poderia falar especificamente sobre uma delas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 16/04/2025

CONFEDERAÇÃO DE TRABALHADORES DIVULGA NOTA DE REPÚDIO CONTRA DECISÃO DO STF SOBRE PEJOTIZAÇÃO

Ministro Gilmar Mendes suspendeu todos os processos que tratam do tema até julgamento do Supremo com repercussão geral; para entidade, decisão configura tentativa de criar ‘superpoder judicial’

Por Lavínia Kaucz (Broadcast)

BRASÍLIA - A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) divulgou nesta quarta-feira, 16, uma nota de repúdio à decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu todos os processos que tratam sobre a chamada “pejotização” dos trabalhadores. A entidade também repudiou a decisão que reconheceu repercussão geral do tema.

A partir da repercussão geral, a Corte vai uniformizar o tratamento dado pela Justiça a esses casos, o que é visto pela entidade como um ataque à Justiça do Trabalho. Atualmente, os juízes trabalhistas são os responsáveis por analisar, quando provocados, se os contratos de prestação de serviço por pessoa jurídica (PJ) ou autônomos estão sendo usados para mascarar uma relação formal de trabalho — ou seja, se há ou não uma fraude.

A suspensão dos processos, para a entidade, “configura uma tentativa de criar um superpoder judicial, que desconsidera o papel especializado da Justiça do Trabalho na análise criteriosa de cada caso concreto”.



Julgamento do tema pelo STF com repercussão geral ainda não tem data para ocorrer Foto: Wilton Junior/Estadão

A limitação dessa competência, segundo a CNTC, permite “o avanço de práticas fraudulentas, como a pejotização”, e promove “insegurança jurídica, precarização das relações de trabalho e fragilização do pacto social democrático”.

Para a entidade, “é inaceitável que o STF, que deveria ser o guardião da Constituição Federal, contribua com a desregulamentação do trabalho e ignore o artigo 114 da Constituição, que estabelece claramente a competência da Justiça do Trabalho para julgar as relações de trabalho”.

“A pejotização irrestrita representa, para a classe trabalhadora brasileira, a destruição do vínculo empregatício constitucionalmente previsto, escancarando a porta para contratações precárias, sem garantias, sem direitos e sem dignidade”, diz a CNTC.

O tema tem causado atritos entre o Supremo e a Justiça do Trabalho. Enquanto juízes trabalhistas vêm reconhecendo vínculo empregatício de PJs, com a consequente condenação das empresas contratantes a arcar com as obrigações da CLT, o Supremo tem derrubado essas decisões sob a

justificativa de que a Corte já permitiu a terceirização das atividades-fim das empresas em 2018. Para a maioria do tribunal, a Constituição admite contratos de trabalho alternativos à CLT.

A suspensão dos processos vale até o Supremo julgar o tema com repercussão geral, o que ainda não tem data para ocorrer.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/04/2025

‘SE CONTINUAR A EXPANDIR COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS, O BRASIL PERDERÁ SEU LUGAR NO MUNDO’, DIZ UNTERSTELL

A matriz energética brasileira é dependente das hidrelétricas, que estão sofrendo com o regime de chuva, e isso pode levar a uma ‘fossilização’ da matriz, com uso de mais térmicas a carvão ou a gás, alerta a especialista em políticas públicas e mudança do clima

Por Luis Filipe Santos



Entrevista com

Natalie Unterstell - Presidente do Instituto Talanoa

O Brasil sediará o principal evento anual de debate sobre o meio ambiente e a crise climática em 2025, ao receber a COP-30 em Belém. Para a presidente do Instituto Talanoa e especialista em políticas públicas e mudança do clima Natalie Unterstell, a novidade da experiência fica por conta das conversas ocorrerem no País dela, já que esteve presente em outras edições anteriormente — a primeira foi na COP-15, em Copenhague, na Dinamarca, em 2009.

Na avaliação de Unterstell, contrária à tese de que combustíveis fósseis podem financiar a transição energética, o Brasil corre o risco de “perder o seu lugar no mundo”, caso avance uma política de expansão de petróleo, por exemplo.

Em entrevista ao Estadão, além da organização da COP, Unterstell fala sobre questões ambientais como a resiliência das cidades, a importância de adaptação e mitigação dos impactos e a exploração de petróleo na Margem Equatorial. Confira os principais trechos.

Você acredita que a organização da COP até esse momento tem sido satisfatória?

A gente tem uma certa coreografia das COPs, que podemos comparar com as dos anos anteriores. Por exemplo, o anúncio da presidência já foi feito. Então, a gente tá mais ou menos na coreografia habitual. É óbvio que a gente gostaria de ter muitos mais detalhes prontos né? A ansiedade é muito grande. Um ponto de atenção é esse da logística, que está causando preocupações, principalmente porque há aí uma onda de preços abusivos sendo praticadas no mercado.



Natalie Unterstell, presidente do Instituto Talanoa, afirma que acabar com subsídios aos combustíveis fósseis já seria passo mais importante para a transição energética do que usar o financiamento deles para energias renováveis Foto: Evary Leal/Instituto Talanoa

As duas COPs anteriores ocorreram em países que têm economia baseada em extração de combustíveis fósseis (Emirados Árabes Unidos e Azerbaijão). O que o Brasil pode mostrar de diferente para avançar nesse debate sobre energia?

O Brasil também é um país que tem a questão da exploração de combustíveis fósseis, é algo muito importante para nossa economia. Então, a gente não pode se considerar muito diferente dos países anteriores, e aí não mencionaria apenas os últimos dois, colocaria também o Reino Unido, que hospedou em 2021. O Brasil tem de chegar



com sinais políticos claros de quando começa essa transição e quando é que a gente quer completá-la, porque o mandato acordado por todo mundo em Dubai é a saída dos combustíveis fósseis, então é disso que a gente tem de tratar. Agora é uma questão de cronograma, e o Brasil tem essa grande oportunidade de dar esse sinal.

Ouve-se dizer muito que o Brasil já tem uma matriz energética limpa ou que já avançou mais do que os outros países, por ter primariamente hidrelétrica. O que falta avançar nesse caminho? O que nos puxa para trás?

É verdade que estamos muito à frente dos outros nas renováveis, só que nessa altura a gente não tem que correr olhando para trás, a gente tem de correr olhando para frente. Para onde que é essa frente? É completar a transição, saída total. O Brasil tem de olhar para a chegada. Se hoje a nossa matriz elétrica é entre 80 e 90% renovável, a gente tem de mirar no 100%. Aqui tem duas preocupações. Uma delas é: a nossa matriz é muito dependente das hidrelétricas, e o que está acontecendo com as hidrelétricas? As do Norte do País não estão conseguindo produzir aquilo que normalmente produziam, basta ver Belo Monte, porque o regime de chuvas está alterado por causa da mudança do clima. Então, se a gente não adapta o nosso sistema, vai continuar a fazer uma 'fossilização' da matriz, colocar mais térmica, a carvão ou a gás. Tem uma pressão aí nesse sentido, e aí em vez da gente ir dos 80% para os 100%, a gente pode inclusive andar para trás. Em segundo lugar, lembrar que nós já vivemos num mundo mais quente, de clima mais instável, logo, se a gente não se adapta corretamente, podemos inclusive deixar de ser o país que se orgulha da sua matriz de energia para ser um país que lamenta.

Eventos recentes como as ondas de calor ou as enchentes deveriam acender um sinal de alerta mais urgente para a questão da resiliência das cidades?

Sem dúvida, o planeta já aqueceu, já está posto que a gente vai ter de mudar. Não o futuro, temos de mudar o presente, e acho que isso é muito óbvio, mas é tão óbvio que algumas figuras, na sociedade, na população, talvez não queiram enxergar. A gente não pode normalizar essas questões de forma alguma.

Qual é a importância de ter essa COP em Belém? Segundo o Censo de 2022, mais da metade da população mora em favelas.

Por que a gente precisa de uma COP? Porque a gente tem um problema global, e ninguém consegue resolver sozinho, não adianta o Brasil ter boa vontade e os Estados Unidos não quererem fazer nada. A gente precisa de cooperação, e aí a COP é, literalmente, uma reunião em que o mundo todo se une para falar em que ponto a gente está dessa crise, o que a gente pode fazer, o que a gente quer fazer para tentar resolvê-la. Cada país, cada sociedade vai dar a resposta que puder dentro do seu território. Não tem um debate sobre a cidade, o rural, a floresta, é muito difuso. Por outro lado, tem a questão que Belém e Amazônia são o pano de fundo dessa COP. Sem dúvida, se fosse uma COP na Antártida, seria um outro pano de fundo. Já escutamos o próprio presidente da COP falar que o Brasil não escolheu São Paulo, nem Rio de Janeiro, que são as cidades mais ricas, para fazer essa COP, embora ricas com muitos problemas. Escolheu Belém com tudo que vem no pacote, com a falta de infraestrutura, e também com a beleza.

É possível fazer a transição energética sem contar com o financiamento que vem das fontes fósseis?

Hoje tem um principal fator que atrapalha a transição e não é o financiamento, é o subsídio aos combustíveis fósseis. Então, mesmo que se coloque bastante dinheiro na economia de baixo carbono, que já está acontecendo, o fato da gente manter US\$ 7 trilhões de subsídio para combustíveis fósseis segundo o FMI, mantém uma máquina girando que é imbatível. Então a primeira fonte que coisa está sendo discutida é justamente a reforma dos subsídios, que é algo que o G-20 já se comprometeu a fazer, o próprio Brasil já aderiu lá atrás. Senão, fica essa coisa de que precisamos investir no petróleo para poder usar o recurso para fazer a economia da transição. Não faz sentido algum, quando na verdade estamos dando recurso para o petróleo se sustentar. Essa tese de que a gente tem de fazer exploração de combustíveis fósseis para poder fazer a nossa transição talvez sirva para outro país; para o caso do Brasil, não. Primeiro, tem de usar todas as fontes possíveis, públicas e privadas, multilaterais, as nacionais, a gente tem de usar o nosso orçamento de forma estratégica também. Se a gente adotar o princípio de "quem polui paga", como

no mercado de carbono, tenho certeza de que conseguiríamos acelerar a transição, do mundo todo, com bastante força.

No debate das COPs sempre há a questão do financiamento dos países ricos para os países pobres, que demorou a sair do papel. Você acredita que esse debate vai avançar?

A gente tinha uma meta de US\$ 100 bilhões, demorou para que se alcançasse isso. Agora o dinheiro está fluindo. A questão não é não existir esse recurso, mas se é suficiente. A gente precisa de mais. A pergunta é se isso vai avançar na COP-30. A nossa expectativa é de que tenha um avanço substantivo no financiamento da adaptação. É muito mais difícil financiar, porque, em geral, requer muito recurso público. Se a gente não conseguir, especialmente os países em desenvolvimento de renda baixa, que precisam desse capital mais livre para poder fazer algumas reformas e poderem se organizar internamente, eles não necessariamente têm recursos. E também reclamam muito dos endividamentos, porque estão cada vez mais endividados, a mudança do clima está forçando mais gastos para adaptação e reconstrução. Então tem aí uma agenda muito importante na COP-30 do financiamento da adaptação.

Você tem expectativa de que algum acordo que avance significativamente um tema seja realizado na COP?

A minha principal expectativa é por um pacote ambicioso de adaptação nessa COP, com pelo menos cinco decisões que tocam a temática da adaptação, e essa é uma oportunidade única inclusive para o Brasil deixar esse legado. Outra expectativa igualmente importante, porque sem ela não adianta a gente avançar nos demais temas, é de que a gente consiga melhorar nessa questão da mitigação. Até o momento foram apresentados muito poucos planos nacionais, as chamadas NDCs. Estamos num patamar muito baixo agora, precisamos de mais ambição. Eu realmente espero que seja uma COP da virada, em que a gente consiga focar realmente na implementação do Acordo de Paris e avançar. Temos uma grande oportunidade no Brasil de construir, enfim, um pacote ambicioso de decisões para esse tema, isso seria um enorme legado. Também pode responder aos anseios das populações que estão nas cidades, que estão nas periferias, e estão experimentando o pior da mudança do clima. Pode ser um resultado muito concreto, muito real. Por exemplo, o financiamento dos países ricos aos países pobres: atingiu a meta anual de US\$ 100 bilhões. No ano passado foi decidido que isso passa para US\$ 300 bilhões, até 2035. Na COP de Belém, o Brasil tem a chance de apresentar um roteiro, um mapa, não para US\$ 300 bilhões, mas para US\$ 1,3 trilhão de dólares do financiamento público e privado. A conversa é: quais são as fontes? Será que a gente consegue incluir os poluidores como pagadores? Essa é a discussão desse ano e que o Brasil tem que apresentar uma proposta em Belém junto com o Azerbaijão (sede da COP anterior).



Uma das principais capitais da região Amazônica, Belém será a sede da COP-30
Foto: Tiago Queiroz/Estadão

O que é exatamente a adaptação e qual é a importância dela?

Adaptação é qual ajuste você faz para algo que funcionou no clima anterior poder funcionar no novo clima, no planeta mais quente. Há vários tipos de projetos. Vou mencionar, porque eu citei antes, a questão da energia, das hidrelétricas. Elas hoje, a depender de onde

estão, por exemplo, no norte do País, estão produzindo menos, porque chove menos. Aí você tem diferentes medidas de adaptação, por exemplo, uma delas é fazer com que os reservatórios dessas hidrelétricas tenham um bom nível de conservação, usar o próprio reservatório como uma bateria do sistema. Então, você tem adaptações que são de infraestrutura, de larga escala, até coisas muito práticas e diretas. Por exemplo, nas ondas de calor, qual é a adaptação que as escolas têm que fazer? Elas todas vão ter ar-condicionado, as crianças vão fazer educação física nesse calor? No caso do Rio, a cidade colocou estações de água para a população se refrescar, eles têm dado alertas constantes, isso também é adaptação.

Qual é a diferença entre adaptação e mitigação?

Na realidade, hoje a gente não tem mais que separar. Tradicionalmente, mitigação é o que a gente tem que fazer para atacar as causas da mudança do clima, ou seja, redução de emissões. E adaptação é lidar com as consequências, com calor, lidar com eventos extremos. Por muito tempo, parecia que você faria uma coisa ou outra, só que hoje não existe mais isso, é um problema só. Se você não investir em adaptação, você não consegue manter a renovabilidade dela. E, da mesma forma, se a gente não mitiga, se a gente não reduz emissão, não vai ter como adaptar, tem limite para adaptar. Elas são inseparáveis.

Você acredita que o tema ambiental está presente para a maioria da população brasileira atualmente?

Os brasileiros estão sofrendo, vivendo os dramas climáticos na pele, no bolso, no cotidiano. São as populações especialmente pretas e pardas que estão sofrendo mais, estão mais expostas à maioria dos riscos climáticos. A gente já está pagando mais caro na conta de luz já por causa da crise climática. Você anda na cidade hoje e não sabe se vai conseguir voltar para casa, porque pode inundar, você não sabe se vai aguentar o calor. Há uma pesquisa da Quaest sobre o caso do Rio Grande do Sul, em que 99% da população associou a tragédia das chuvas à mudança do clima, então praticamente não precisamos convencer ninguém de que o problema existe e precisa ser tratado. Mas temos um desafio agora, que é como a gente quer tratar. Queremos deixar para os governos resolverem isso? Acharmos que o setor privado vai resolver sozinho? Eu não acho que nenhum nem outro.

Como podemos lidar com políticos que hoje em dia não acreditam na crise climática e agem em prol dos combustíveis fósseis?

Não vejo nada de novo nisso, essa é a realidade que está por vir desde sempre. Acho que agora talvez a gente nunca tenha tido tantos eleitores que sabem o que querem, e que sabem que se, por exemplo, no Brasil, continuar numa política de expansão de combustíveis fósseis, a gente vai perder inclusive o lugar do mundo. O momento nos impele a lidar com isso de outra forma e pedir para que a política seja climática.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/04/2025

BRASIL FICA EM ÚLTIMO LUGAR EM NOVO RANKING DE COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL; VEJA POSIÇÃO DE CADA PAÍS

Estudo da CNI comparou Brasil com outros 17 países que competem no mercado internacional; ambiente econômico, educação, desenvolvimento humano e trabalho pesaram negativamente

Por Amanda Pupo (Broadcast)

BRASÍLIA - Impactado negativamente por fatores como ambiente econômico e educação, o Brasil ficou em último lugar no mais recente ranking de competitividade industrial elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). No estudo, antecipado ao Estadão/Broadcast, a entidade comparou o Brasil com outros 17 países que competem com o País no mercado internacional, considerando oito fatores que afetam o desempenho das empresas mundo afora.

Os três aspectos que mais pesaram negativamente no resultado foram Ambiente Econômico; Desenvolvimento Humano e Trabalho; e Educação. Em todos eles, o Brasil ocupou o último lugar no ranking. No primeiro, o custo alto de financiamento no País figura como um dos empecilhos históricos para a indústria. No momento, o alto patamar da Selic, em 14,25% ao ano, reforça esse efeito.

Nesse cenário, o segmento comemora o fato de o governo atual ter lançado uma política industrial, a Nova Indústria Brasil (NIB), que inclui uma vertente de crédito liderada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Para ver os efeitos do programa no ranking, no entanto, será necessário mais tempo. Por ora, o superintendente de Política Industrial da CNI, Fabrício Silveira, classifica a NIB como um "avanço considerável", inclusive por ter sido incrementada

desde o lançamento há um ano. A previsão de financiamentos pelo plano partiu de R\$ 300 bilhões para R\$ 507 bilhões até 2026.



Em levantamento, Brasil se saiu melhor no desempenho de Baixo Carbono e Recursos Naturais, ocupando a 12ª posição Foto: Clayton de Souza/Estadão

“Estamos falando de políticas que geram incentivos para a transformação técnica, transformação tecnológica em alguns setores. São políticas que vão gerar incentivos, por exemplo, na formação de trabalhadores. A política industrial, no mundo, em geral, demanda de cinco a dez anos para ser avaliada”, aponta Silveira, defendendo a necessidade de o plano

se tornar uma política de Estado permanente.

O ambiente tributário foi outro aspecto que ajudou a jogar o Brasil para a última posição no ranking de Ambiente Econômico. Nesse caso, a CNI entende que o País viverá um avanço significativo com a reforma tributária. Mas alerta que é preciso cuidado com as regulamentações, especialmente para que exceções tributárias não façam a alíquota média do novo imposto sobre o consumo ser muito alta.

O estudo da CNI mostra que, em nenhum dos macroindicadores que compõem o ranking, o País figurou na primeira metade da classificação. No aspecto em que o País se saiu melhor é no desempenho de Baixo Carbono e Recursos Naturais, ocupando a 12ª posição. O destaque positivo ficou no subfator de descarbonização, com o 2º lugar no ranking. Segundo a CNI, ainda seria necessário o País avançar em termos de economia circular, subfator no qual o Brasil se desempenhou mal.

A CNI publica o ranking desde 2010. Nesta edição, a entidade trouxe alterações metodológicas, com a redefinição de países que competem com o Brasil. Agora, o estudo destaca as economias que possuem uma cesta de produção mais próximas à do País e que estão presentes nos mesmos mercados, tanto no nível de importação quanto de exportação.

As comparações foram feitas com Coreia do Sul, Países Baixos, Canadá, Reino Unido, China, Alemanha, Itália, Espanha, Rússia, Estados Unidos, Turquia, Chile, Índia, Argentina, Peru, Colômbia e México. Entender o nível de competitividade desses países frente ao Brasil e quais problemas internos atacar será importante também no novo cenário global, em que as cadeias são redesenhadas pela política tarifária de Donald Trump nos EUA.

Silveira, da CNI, diz que, embora o desempenho do Brasil no ranking tenha sido ruim, os resultados também revelam a “resiliência” da indústria brasileira. “No meio de um ambiente de negócio e um ambiente econômico que são adversos, que oneram, mesmo assim a gente ainda consegue acessar esses mercados de forma competitiva com algumas das nossas firmas”, diz o superintendente.

Desenvolvimento Humano e Educação

No fator de Desenvolvimento Humano e Trabalho, em que o País também figurou na última posição, quem lidera entre os países é a Coreia do Sul. Relações de trabalho, que aponta o Brasil em 16º; Saúde e Segurança, em que o País figura em 15º; e Diversidade, Equidade e Inclusão, no qual ocupa o penúltimo lugar, são os subfatores considerados na classificação. No primeiro, por exemplo, foram analisados os temas sobre razão de dependência e impacto das regulamentações trabalhistas na atividade empresarial.

Já no sub-ranking Educação, que também levou o Brasil para o último lugar do levantamento, problemas da formação educacional, como baixa adesão ao ensino técnico e volume baixo de

formação de profissionais ligados à ciência e tecnologia, foram quesitos que afetaram negativamente o País. Nesse fator, quem ocupa o primeiro lugar é a Alemanha.

“A baixa qualidade da educação impacta diretamente no mercado de trabalho e no desenvolvimento sustentável econômico. O caminho é desafiador e inclui a necessidade de recuperação de problemas trazidos pela pandemia e pela guerra, a redução do Custo Brasil, como também o aumento da produtividade e da inovação em todas as camadas da economia”, comentou o presidente da CNI, Ricardo Alban.

Em outros cinco indicadores, o Brasil também esteve abaixo da média no ranking da competitividade industrial. No desempenho de Comércio e Integração Internacional, liderado pelos Estados Unidos, o Brasil ficou em 14º lugar. Nesse caso, há desafios em questões como a integração da indústria ao comércio internacional, participação nas exportações da indústria de transformação e exportação de média e alta tecnologia.

Na infraestrutura, em que os brasileiros convivem com problemas crônicos, o País ocupa a 15ª posição. “Os pontos de maior necessidade de melhoria são a qualidade das rodovias, a densidade da malha ferroviária e a eficiência nos portos”, aponta a CNI.

O Brasil ficou no mesmo lugar no ranking de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Tecnologia. Mas, no subfator de ciência, tecnologia e inovação, o País se saiu melhor, na 12ª posição, em que se tem os indicadores de complexidade econômica associado à pesquisa e o de investimento em pesquisa e desenvolvimento, ocupando a 9ª e 11ª posição, respectivamente.

“Não é todo país do mundo que tem uma estrutura com a capilaridade do Senai, por exemplo. Não é todo país que tem universidades federais que fazem pesquisa aplicada. Também temos bons exemplos de instituições de fomento como a Finep”, diz Silveira sobre os avanços brasileiros neste segmento.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/04/2025

CHINA ESTÁ SUJEITA A TARIFAS DE ATÉ 245% EM CASO DE RETALIAÇÃO AOS EUA, DIZ CASA BRANCA

Atualmente, taxa de tarifa dos EUA sobre importações chinesas é de 145%, enquanto país asiático impõe imposto de 125% sobre produtos americanos; China já sinalizou que não pretende mais retaliar

Por Sergio Caldas (Broadcast)

A China está sujeita a pagar tarifas de até 245% para exportar seus produtos para os Estados Unidos caso tome novas medidas retaliatórias, segundo ficha informativa divulgada pela Casa Branca na terça-feira, 15. Atualmente, a taxa de tarifa dos EUA sobre importações chinesas é de 145%.



Nesta quarta-feira, 16, a China pediu que os Estados Unidos “parem de ameaçar e chantagear”, depois que a Casa Branca transferiu para Pequim a responsabilidade de iniciar uma negociação para diminuir a escalada da guerra comercial entre as duas maiores economias do mundo.

China respondeu Trump com tarifas de 125% sobre as importações americanas em seu território Foto: AFP

“A China não quer brigar, mas não tem medo de brigar”, reiterou o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Lin Jian, na quarta-feira. “Se os Estados Unidos realmente quiserem resolver a questão por meio do diálogo e da negociação, devem parar de exercer pressão extrema, parar de

ameaçar e chantagear, e conversar com a China com base na igualdade, no respeito e no benefício mútuo”, disse.

O presidente Donald Trump lançou uma guerra tarifária contra aliados e rivais, na qual a China sofreu o maior impacto. O gigante asiático respondeu com tarifas de 125% sobre as importações americanas em seu território.

No fim da semana passada, a China sinalizou que não pretende mais acompanhar eventuais novos aumentos de tarifas por Washington, com a alegação de que não faria sentido do ponto de vista econômico./Com AP

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/04/2025

ECONÔMICO
Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

BALANÇA COMERCIAL DA ARGENTINA TEM SUPERÁVIT DE US\$ 323 MILHÕES EM MARÇO

O resultado, divulgado pelo escritório de estatísticas do governo (o Indec), marca o décimo-sexto superávit mensal consecutivo da balança comercial argentina

Por Valor — São Paulo



**Porto de Buenos Aires —
Foto: Divulgação / Puerto de Buenos Aires**

A balança comercial da Argentina fechou o mês de março com um superávit de US\$ 323 milhões. O resultado, divulgado nesta quarta-feira (16) pelo escritório de estatísticas do governo (o Indec), marca o décimo-sexto

superávit mensal consecutivo da balança comercial.

O resultado ficou abaixo da previsão de superávit de US\$ 800 milhões previsto por economistas consultados pela agência "Reuters".

O resultado de março marca uma forte queda no superávit argentino em relação ao mesmo mês do ano anterior, quando atingiu US\$ 2,160 bilhões.

As exportações totalizaram US\$ 6,329 bilhões, uma queda de 2,5% em relação a março de 2024. A redução se deveu a uma diminuição de 4,2% no total de vendas, mas parcialmente compensada por um aumento de 1,8% nos preços.

Por outro lado, as importações somaram US\$ 6,006 bilhões, com um aumento em relação ao mesmo período do ano anterior de 38,7%. A alta foi impulsionada por um salto de 47,5% no total de vendas.

Manufaturas de origem agropecuária responderam por 34,8% das vendas argentinas, seguidas por manufaturas de origem industrial (também com 30,1%) e produtos primários (23,2%).

Já entre as importações os destaques ficaram para bens de capital (19,6%), peças e acessórios para bens de capital (22%) e insumos ou bens intermediários (32,9%).

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 16/04/2025

AZEVEDO & TRAVASSOS ENERGIA TEM PRODUÇÃO DE 187 BARRIS POR DIA EM MARÇO

No primeiro trimestre como um todo, a Azevedo & Travassos Energia ficou com produção média de 128,3 barris por dia

Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo



Considerando somente a participação da companhia nos ativos, a produção em março ficou em 107 barris por dia — Foto: Divulgação

A Azevedo & Travassos Energia teve produção de 187 barris de óleo equivalente por dia em março, refletindo a continuidade do plano de revitalização dos seus ativos.

O polo Porto Carão teve produção de 80 barris por dia no mês passado, enquanto o polo Barrinha teve produção de 79 barris por dia e o polo Phoenix de 27 barris por dia.

Considerando somente a participação da companhia nos ativos, a produção em março ficou em 107 barris por dia.

“A companhia permanece focada na maximização da produção, disciplina operacional e gestão eficiente dos seus ativos”, afirma, em comunicado.

No primeiro trimestre como um todo, a Azevedo & Travassos Energia ficou com produção média de 128,3 barris por dia.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 16/04/2025

UM PORTFÓLIO COMPLETO PARA OS DESAFIOS DA ERA DIGITAL

Claro empresas inicia nova fase ao unir legado em cases de inovação nos negócios a todo o potencial da conectividade

Por Claro empresas



Claro empresas inicia um novo momento em sua trajetória, com impactos positivos para todo o mercado nacional — Foto: Getty Images

A Claro empresas inicia um novo momento em sua trajetória, com impactos positivos para todo o mercado nacional. Ao se somar com a Embratel, e ao seu legado de 60 anos de soluções inovadoras para os negócios e a

sociedade, a companhia fortalece ainda mais seu portfólio.

Responsável pelo primeiro satélite brasileiro e hoje com a maior frota desses equipamentos do Brasil, a Embratel sempre foi além da conectividade, incluindo tecnologias como cloud computing,

data center, segurança cibernética, internet das coisas (IoT) e inteligência artificial (IA) em seu ecossistema de soluções.

“A Embratel habilita o próximo nível das grandes empresas há 60 anos. A mudança para Claro empresas é um movimento estratégico. Unimos todo o conhecimento de tecnologia e conectividade em uma só marca, para orientar e apoiar a jornada de transformação dos negócios, com agilidade, segurança e assertividade”, afirma José Formoso, que lidera a unidade de Grandes Empresas e Governo na Claro empresas. Roberta Godoi é a CEO para Pequenas e Médias Empresas.

Essa nova era da Claro empresas é marcada pela capacidade de habilitar a transformação digital de empresas de todos os portes e setores de atuação.

O movimento da Claro acontece em um momento de alta na demanda por inovação. Em 2024, o mercado brasileiro de tecnologia da informação cresceu 13,9% em relação ao ano anterior. É um percentual mais alto do que a média global de 10,8%, que consolida o país como o maior player do setor na América Latina, com 34,7% dos investimentos.



José Formoso, CEO da unidade de Grandes Empresas e Governo na Claro empresas — Foto: Divulgação

As informações constam do estudo “Mercado Brasileiro de Software – Panorama e Tendências 2025”, encomendado pela Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes) e pela International Data Corporation (IDC). O levantamento aponta que IA, digitalização empresarial e modernização de infraestruturas de nuvem e segurança cibernética são as prioridades.

HIPERCONNECTIVIDADE

Dentro do portfólio da Claro empresas, um dos destaques são as redes corporativas, que garantem colaboradores conectados, seja no perímetro da empresa, seja em atividades externas.

A infraestrutura de hiperconectividade é personalizada para os desafios de cada cliente, como aconteceu com o Itaú, que passou a contar com uma rede corporativa que combinou soluções com SD-WAN, Wi-Fi e novos pontos de acesso 5G, ampliando a capacidade de transmissão de dados. Um sistema baseado em nuvem que simplificou a gestão das redes, que se ajusta à demanda de tráfego e prioriza o tempo de resposta.

Para a Rumo, maior operadora logística com base ferroviária da América Latina, o projeto incluiu 41 antenas em áreas remotas que asseguram maior autonomia e eficiência na comunicação e habilitam câmeras com IA e analytics. Entre os resultados dessa parceria com a Claro empresas estão a redução no consumo de combustível em mais de dez milhões de litros por ano e a diminuição de emissões de CO2 em 25 mil toneladas.

E mais: semáforos conectados orientam o fluxo nos cruzamentos entre ferrovias e estradas, gerando uma redução de 90% dos acidentes.

Claro empresas — Foto: Getty Images/G.lab



LEGADO DE INOVAÇÃO
Casos Embratel que passam a integrar o ecossistema de soluções Claro empresas

PORTO DESUAPE
Rede privada 5G elimina logística dos veículos para exportação, gerando mais eficiência e controle.

GERDAU
Na maior usina siderúrgica do mundo, em Ouro Branco (MG), rede privada 5G cobre 8,3 milhões de m², impulsionando a indústria 4.0.

ITAÚ
Rede corporativa combinou soluções com SD-WAN, Wi-Fi e 5G, ampliando a transmissão de dados, em um sistema que se ajusta à demanda de tráfego e prioriza o tempo de resposta.

NESTLÉ
Rede privada 5G impulsionou a indústria 4.0, com robótica e automação na produção da maior fábrica de chocolates KitKat das Américas, em Capatzen, no interior de São Paulo.

RUMO
Projeto para operadora logística com base ferroviária implementou 41 antenas em áreas remotas da Serra de Santos (SP), habilitando câmeras com IA e analytics, assegurando maior autonomia e eficiência na comunicação.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA USP
Integração das informações de rastreamento de pacientes cirúrgicos a um banco de dados acessível remotamente pela equipe médica por meio de diversos dispositivos, via 5G.

REDES PRIVATIVAS

Voltadas para grandes áreas industriais, moldadas para gerar eficiência, integração entre equipamentos e sistemas em tempo real e visibilidade completa de rotinas e processos, redes privadas 5G também se destacam no portfólio.

O Porto de Suape, em Pernambuco, está entre as organizações que se beneficiaram da tecnologia, revolucionando a gestão dos veículos recebidos para exportação, graças a uma solução que concilia sensores inteligentes e de gerenciamento automatizado.

Já a gigante de alimentos Nestlé impulsionou a robótica e a automatização na produção da maior fábrica de chocolates KitKat das Américas. Enquanto isso, a Gerdau, maior multinacional brasileira produtora de aço, garantiu a cobertura digital da rede privativa 5G e LTE em sua planta em Ouro Branco (MG).

“É a maior usina da Gerdau no mundo, e esse projeto é pioneiro no setor siderúrgico da América Latina, abrangendo uma área de mais de 8,3 milhões de metros quadrados. A infraestrutura digital que desenvolvemos foi planejada em três fases, que habilitam uma indústria 4.0 que chegará à capacidade combinada de 4,8 Gbps”, detalha José Formoso.

Sobre a parceria com a Nestlé, o executivo da Claro empresas destaca: “Esse caso é emblemático porque a unidade se tornou referência em indústria 4.0 na América Latina. Estão sendo investidos R\$ 1,1 bilhão em diversas iniciativas de digitalização na fábrica até 2026, e isso visa otimizar as operações da Nestlé no Brasil e nos 18 países para os quais essa unidade exporta”.

EXCELÊNCIA EM IA

A Claro empresas entende que a evolução dos negócios é indissociável do avanço da inteligência artificial e, nesse contexto, conta com um centro dedicado, que tem a missão de testar e colocar em prática soluções em IA, IA preditiva e IA generativa.



José Formoso, CEO da unidade de Grandes Empresas e Governo na Claro empresas — Foto: Divulgação

Jose Formoso finaliza ressaltando que a Claro empresas está agora ainda mais forte, inovadora e preparada.

“Nosso compromisso é continuar evoluindo e expandindo nosso portfólio, sempre com foco em tecnologia de ponta, atendimento diferenciado e soluções que impulsionem os negócios. A Claro empresas tem o objetivo de ser uma parceira estratégico para nossos clientes, entregando não apenas conectividade, mas também inteligência, eficiência e segurança para a transformação

digital de suas operações.”

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/04/2025

PROJETO DO CORREDOR FICO-FIOL E O PORTO SUL É INVIÁVEL E FALHO

Seriam necessários R\$ 44 bilhões para finalizar o corredor e não há qualquer justificativa para gastos dessa magnitude

Por Claudio Frischtak e Francisco Caputo

Em janeiro deste ano, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) abriu audiência pública para a concessão única da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO 1), em implantação no Mato Grosso e Goiás pela Vale como parte da outorga pela renovação antecipada da Estrada de Ferro Vitória-Minas; e de dois dos três trechos da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) na Bahia, denominados Fiol 2 (em construção com recursos federais) e Fiol 3 (em estudos). A racionalidade e viabilidade desse empreendimento estão, contudo, em questão, pois a Fico-Fiol é parte integral de um corredor ferroviário que se conecta a uma ferrovia incompleta e cuja execução está suspensa pelo concessionário (Fiol 1), que por sua vez desemboca num porto inexistente (Porto Sul), projeto greenfield a cerca de 30 km ao norte de Ilhéus. E mais: nenhum dos componentes do corredor - Porto Sul, Fiol 1, 2 ou 3 - resistiria a uma análise custo-benefício, seja pela escassez de demanda

alocável, gastos de capital muito elevados, e ainda externalidades negativas não facilmente compensáveis no âmbito ambiental (particularmente do Porto Sul e da Fiol 1).



Projeto do corredor Fico-Fiol e o Porto Sul é inviável e falho — Foto: Ministério da Infraestrutura

A Fiol 1 - uma ferrovia conectando a cidade de Caetité, na Bahia, e o projeto Porto Sul - foi licitada em 2021 com cerca de 72,5% de sua via permanente construída. A concessão foi ganha pela Bahia Mineração S/A (Bamin), controlada pela mineradora Eurasian Resources Group, do Cazaquistão, e detentora de reservas de minério de ferro na região de Caetité. A Bamin também obteve a concessão de construir e explorar o Porto Sul, primordialmente para exportar o minério produzido pela empresa. A complexidade, os custos e riscos associados à Fiol 1 e ao Porto Sul foram em grande medida subestimados. Resultado: a Fiol 1 está paralisada desde o final de março, após avançar somente 2,5% desde a assunção da concessão. Já o projeto do Porto Sul não foi adiante, inclusive por ser construído por enrocamento em ilha artificial a cerca de 3 km da costa, além do impacto ambiental adverso na região costeira. Igualmente se subestimou os obstáculos relacionados ao trajeto da Fiol 1 em região ambientalmente sensível, por atravessar área preservada da Mata Atlântica e cruzar áreas úmidas, a exemplo do entorno do rio Almada.

A Fiol ilustra as deficiências no processo de planejamento de transportes no Brasil. Após mais de uma década sendo priorizada nos planos logísticos e setoriais e nos programas de investimento, o empreendimento tem sido construído de forma fragmentada sem que tenha sido comprovado sua efetiva racionalidade. O processo de planejamento, por sua vez, não levou em consideração as relações de complementariedade estrita entre ferrovia e porto - na realidade, nem no âmbito do planejamento, nem tampouco na modelagem leva-se em consideração a restrição de capacidade portuária, pois o porto inexistente (!).

O avanço - aqui se insiste, sem racionalidade - se dá em múltiplas frentes: a atual tentativa do governo de transferir o complexo Fiol 1-Porto Sul da Bamin para um terceiro, com potencial injeção significativa de recursos públicos; a continuação da alocação de recursos orçamentários da União para a implantação da Fiol 2, entre Barreiras e Caetité, apesar da paralisação da Fiol 1 e inviabilidade do Porto Sul; a elaboração de um novo projeto para a Fiol 3 cujo traçado foi recentemente alterado (levando ao abandono do projeto executivo anterior), conectando Correntina (BA) e Mara Rosa na Ferrovia Norte-Sul (FNS) em Goiás, e daí se estendendo ao oeste para a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico 1); e finalmente a intenção do governo federal de licitar um corredor que não se sustenta (Fiol-Porto Sul) em conjunto com um trecho ferroviário potencialmente viável (Fico 1).

Vale sublinhar a magnitude dos recursos públicos despendidos na Fiol, o tamanho da brecha para viabilizar o empreendimento e a falta de racionalidade econômica frente aos seus custos de implantação. No período 2010-24, os gastos de capital do setor público com a Fiol 1 e a Fiol 2, a preços de dezembro de 2024, somaram cerca de R\$ 11 bilhões (respectivamente R\$ 5,98 bilhões e R\$ 5,04 bilhões), enquanto o setor privado investiu estimados R\$ 0,7 bilhões com a Fiol 1 e o Porto Sul; e ainda seriam necessários ao menos mais R\$ 44 bilhões para finalizar o corredor (R\$ 3,76 bilhões com a Fiol 1, R\$ 7,21 bilhões com a Fiol 2, R\$ 23,46 bilhões com a Fiol 3 e R\$ 9,70 bilhões com o Porto Sul). Não há qualquer justificativa para gastos dessa magnitude.

Parece ser agora imperativo discutir o corredor Fiol-Porto Sul e assegurar que o empreendimento e seus componentes passem pelo crivo de uma análise de custo-benefício elaborada de forma íntegra, e que recursos públicos escassos não sejam alocados para obras cuja taxa social de retorno é - com toda a probabilidade - negativa. Mais: é igualmente imperativo que um projeto em implantação potencialmente viável e atrativo (Fico 1), não seja licitado com outro de viabilidade mais do que questionável, impedindo usos mais produtivos para a Fico 1.

Finalmente, é igualmente importante que se avalie como lidar com a infraestrutura de via permanente já construída e com custos afundados extremamente significativos. Uma alternativa é conectar a Fiol 1 à FCA na cidade de Brumado, a menos de 100 km de Caetité, exigindo da VLI (controladora da FCA) melhorias significativas para aumentar a produtividade ferroviária no trecho Brumado-Salvador, em bitola que se revele a mais econômica. Se o projeto do pátio de transbordo em Brumado já existe para ser implantado, ainda mais importante é o fato da FCA já deter os direitos e a infraestrutura para conduzir a carga para os portos já existentes e em operação na Baía de Todos-os-Santos (BTS), cujo calado natural é suficiente para abrigar navios de longo curso e cujo conjunto de portos - incluindo Salvador - será, com toda a probabilidade, o principal hub portuário no Nordeste nas próximas duas décadas. Do ponto de vista do Estado da Bahia, essa solução, que utiliza recursos de outorga da antecipação da renovação da concessão da FCA e direciona a conexão ferroviária modernizada para a BTS, faz possivelmente o seu melhor uso.

Essa solução, porém, necessita ser estudada com rigor e sua viabilidade econômica comparada com a alternativa conectando Jequié (mais ao leste de Brumado) com a Baía de Todos-os-Santos. Jequié teria a clara vantagem de ser mais próxima aos portos da BTS e num ponto de conexão com a Fiol 1 cuja via permanente até Caetité já está em grande medida construída. A desvantagem é o fato de Jequié-BTS ser um projeto greenfield, cujos custos e benefícios ainda necessitam ser estimados. De qualquer forma, enxergamos como imperativo procurar uma solução para um problema que está posto, evitando que em anos vindouros a Fiol 1 em particular - e a Fiol 2 - se transformem em investimentos sem perspectiva de oferecer os serviços para o qual foram e têm sido gastos recursos consideráveis. A alternativa discutida está distante de apagar os erros cometidos, mas tão somente dotar de certa racionalidade ex-post o empreendimento.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/04/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

DESMANTELAMENTO INTEGRA ESTRATÉGIA PARA RETOMADA DO EISA

Por Danilo Oliveira Indústria naval 15/04/2025 - 00:00



Estaleiro na Baía de Guanabara tem licença para executar serviço, porém ainda precisa resolver situação de embarcações inacabadas que estão em suas instalações

O desmantelamento de embarcações integra a estratégia de retomada das atividades do Estaleiro Ilha S.A. (Eisa), no Rio de Janeiro (RJ). O objetivo é resolver o impasse de navios que enfrentaram litígios e não foram concluídos na década passada, ocupando instalações do Eisa até hoje. A expectativa do estaleiro é que a venda do material, dos equipamentos e da sucata ajude a pagar compromissos da

recuperação judicial do ativo. Há, no entanto, estudos para avaliar a viabilidade de conclusão de algumas dessas embarcações.

Projetado e vocacionado para construção de navios, o Eisa tem a resolver esses impasses de embarcações que não foram concluídas e que estão em suas instalações. Entre elas estão dois navios do antigo Promef (Irmã Dulce e Zélia Gattai), um navio encomendado pela estatal venezuelana PDVSA e outro que foi encomendado pela Log-In à época, mas que não pertence mais à empresa de cabotagem.

"Existe hoje uma disposição da Transpetro de fazer um orçamento para tentar recuperar esses 2 navios [Promef]. É uma tentativa. Se não der em nada, esses navios serão cortados, como o [antigo]

navio da Log-In que já iniciou seu corte", contou o CEO do Estaleiro Mauá, Miro Arantes, à Portos e Navios.

O executivo destacou que o Eisa atualmente é o único estaleiro na Baía de Guanabara com licença ambiental para desmantelamento. Ele ponderou que, antes de poder ser contratado para executar esse serviço, precisa concluir a situação dos navios que estão em suas dependências.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/04/2025

OMC PREVÊ RETRAÇÃO NO COMÉRCIO GLOBAL EM 2025 E ALERTA PARA IMPACTO DAS TARIFAS

Da Redação Portos e logística 16/04/2025 - 19:16



O volume do comércio mundial de mercadorias deverá encolher 0,2% em 2025 nas condições atuais, segundo o mais recente relatório da Organização Mundial do Comércio (OMC), divulgado nesta quarta-feira (16). A projeção é quase três pontos percentuais abaixo do esperado em um cenário de tarifas baixas. Caso se intensifiquem as tensões comerciais e se reinstalem tarifas recíprocas, a retração poderá chegar a 1,5%. A diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, destacou a preocupação com o impasse tarifário entre Estados Unidos e China e os riscos que a incerteza na política

comercial representa para o crescimento global, especialmente em economias mais vulneráveis. Em 2025, as exportações da América do Norte devem cair 12,6%, com importações recuando 9,6%, influenciando negativamente o comércio global.

Em contrapartida, Ásia e Europa devem apresentar crescimento modesto. O desvio de comércio causado pelas tensões entre EUA e China pode beneficiar países menos desenvolvidos, especialmente exportadores de têxteis e eletrônicos. O comércio de serviços, que cresceu 9% em 2024, também deve sentir os efeitos das tarifas sobre bens, com crescimento global previsto de 4,0% em 2025, ritmo mais lento que o inicialmente estimado. As previsões são mais otimistas para Europa e Ásia, enquanto América do Norte, Oriente Médio, África e América Latina devem enfrentar desaceleração ou queda nas exportações de serviços. A OMC reforça que o atual cenário demanda uma revisão urgente dos acordos comerciais para garantir maior previsibilidade e competitividade no comércio global.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/04/2025

PORTONAVE INVESTE R\$ 439 MILHÕES EM EQUIPAMENTOS 100% ELÉTRICOS

Da Redação Portos e logística 16/04/2025 - 18:58



A Portonave está investindo R\$ 439 milhões em equipamentos 100% elétricos para ampliar sua eficiência e sustentabilidade. Com a aquisição, a capacidade de movimentação anual passará de 1,5 milhão para 2 milhões de TEUs. Entre os novos equipamentos estão dois guindastes Ship-to-Shore (STS), 14 guindastes Rubber Tyred Gantry (RTGs), uma Reach Stacker e dois Scanners. A operadora do terminal localizado em Navegantes (SC), destacou que os equipamentos, que entrarão em operação até 2026, reforçam o compromisso da empresa com a descarbonização ao reduzir emissões

de Gases de Efeito Estufa.

Os STS, os primeiros desse porte no Brasil, serão capazes de operar os maiores navios do mundo. Os RTGs e a Reach Stacker, todos elétricos, trazem tecnologias que aumentam a segurança, automatizam processos e reduzem a exposição dos trabalhadores. Os scanners, integrados ao sistema aduaneiro e equipados com inteligência artificial (IA), vão acelerar e aprimorar a inspeção de cargas.

O investimento é realizado por meio do regime Reporto, que isenta tributos federais na importação de equipamentos. Paralelamente, a Portonave realiza obras de adequação do cais, com conclusão prevista para 2026, a fim de receber navios de até 400 metros. A empresa, que faz parte do grupo suíço Terminal Investment Limited (TiL), foi reconhecida pela Antaq como o terminal mais eficiente do Brasil em 2024.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/04/2025

MINISTRO DEFENDE MODERNIZAÇÃO DA LEI DE CONCESSÕES COM FOCO EM SUSTENTABILIDADE E SEGUROS

Da Redação Portos e logística 16/04/2025 - 19:18



O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, defendeu, na última terça-feira (15), a necessidade de modernização da legislação sobre concessões público-privadas, com destaque para a inclusão da agenda de sustentabilidade e o debate sobre os seguros das concessões já realizadas. A declaração foi feita durante o evento “Futuro das Concessões e PPPs”, promovido pela Agência iNFRA. Segundo o ministro, muitas concessões anteriores foram realizadas sem planejamento estratégico, sendo essencial analisar o passado e preparar as novas concessões para os desafios ambientais futuros.

A discussão ocorre no contexto do projeto de lei 7.063/2017, que propõe alterações à Lei 11.079/2004 e busca estabelecer maior segurança jurídica e previsibilidade para investidores. Costa Filho destacou que o Brasil vive o maior volume de concessões da sua história e ressaltou a importância de um pacto nacional de apoio à pauta para ampliar investimentos, geração de emprego e renda. Em 2025, estão previstos 21 arrendamentos e uma concessão no setor portuário, somando R\$ 19,85 bilhões, além da expansão da infraestrutura regional via programa AmpliAR, que contemplará aeródromos estratégicos na Amazônia Legal e no Nordeste.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/04/2025

CADEIA DE PETRÓLEO E GÁS DEVE LIDERAR CRESCIMENTO DA ECONOMIA FLUMINENSE EM 2025, PROJETA FIRJAN

Da Redação Offshore 16/04/2025 - 18:46



A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) aponta a cadeia de petróleo e gás como principal vetor do crescimento econômico do estado em 2025. Após um avanço de 3,9% no PIB fluminense em 2024, impulsionado por serviços e indústria, a expectativa é que o setor de óleo e gás mantenha o protagonismo, com projeção de crescimento de 3,8% na indústria extrativa. Mesmo com interrupções em plataformas no ano anterior, a manutenção de um nível elevado de produção e a entrada em operação de novas unidades sustentam a perspectiva positiva para o segmento.

A sinergia com a indústria de transformação, que deve crescer 3,7% em 2025 puxada por derivados de petróleo, reforça o papel estratégico do setor no desempenho industrial fluminense. Segundo a Firjan, esse movimento poderá compensar as dificuldades enfrentadas por ramos mais sensíveis ao custo do crédito elevado. A força da cadeia de petróleo e gás, aliada aos investimentos em infraestrutura, deve sustentar o crescimento da economia do Rio acima da média nacional, mesmo em um cenário de incertezas econômicas e instabilidade internacional.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/04/2025

SINAVAL VERIFICA RECUPERAÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES EM ESTALEIROS

Por Danilo Oliveira Indústria naval 15/04/2025 - 22:12

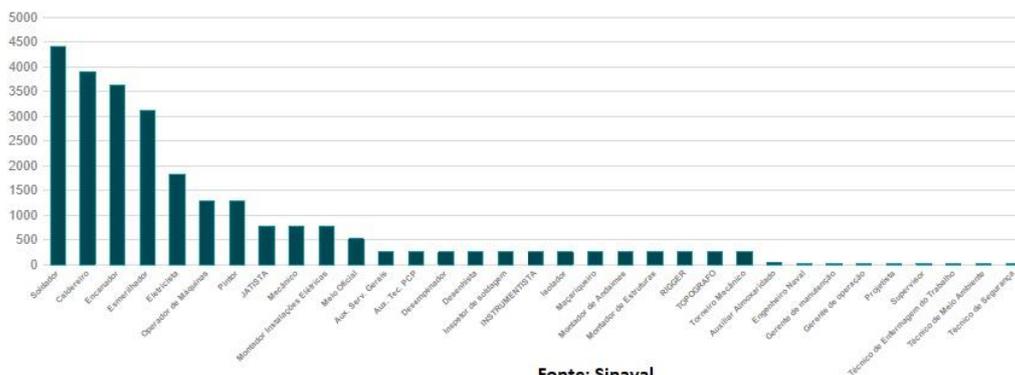


Com base em projetos de novas construções, sindicato projeta aumento de demanda por profissionais de diferentes áreas, como soldadores, caldeireiros, encanadores, emalhadores e eletricitas

O Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore prevê que, entre as categorias de profissionais, a demanda das novas construções vai demandar principalmente soldadores, caldeireiros, encanadores, emalhadores, eletricitas, operadores de máquinas, pintores, jatistas, mecânicos e montadores de instalações elétricas. O Sinaval

também uma recuperação do número de empregos nos estaleiros, que chegou a 15 mil e atualmente está em 32 mil postos de trabalho.

Estimativa Demanda frente às novas Construções



Fonte: Sinaval

250415-demanda-profissionais-construcao-naval-sinaval.jpg

O sindicato estima perdas da ordem de R\$ 32 bilhões, que o Brasil deixou de gerar pela desmobilização da construção naval, que chegou a empregar mais de 80 mil trabalhadores ao final de 2014. Para o Sinaval, é importante estabelecer uma política de Estado que ajude a desenvolver fornecedores nacionais, valorizando a geração de emprego, renda e sustentabilidade no Brasil.

O vice-presidente do Sinaval, João Azeredo, citou dados da OCDE que ressaltam que a atividade tem intensa utilização de mão de obra. Ele chamou a atenção que a demanda é fortemente associada à expansão do comércio e à prestação de serviços marítimos, à taxa de substituição de navios e à regulamentação existente para o setor naval.

O Sinaval observa que, nos últimos dois anos, o governo brasileiro vem tentando implementar uma política naval de longo prazo, que vem sendo discutida pelos grupos de trabalho do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). “Muitos mecanismos que começaram a ser

discutidos nesses GTs foram implementados e estamos desenvolvendo uma indústria naval de longo prazo”, afirmou Azeredo, durante evento promovido pelo Cluster Tecnológico Naval do Rio de Janeiro e pelo Estaleiro Mauá, na última semana, em Niterói (RJ).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/04/2025

GOVERNO DO RJ ESTUDA VIABILIDADE DE FUNDO GARANTIDOR PARA INDÚSTRIA NAVAL

Por Danilo Oliveira Indústria naval 15/04/2025 - 21:39



Secretaria de economia do mar do estado quer aumentar competitividade de estaleiros em projetos de construção e descomissionamento de embarcações

O governo do Rio de Janeiro avalia a possibilidade de um fundo garantidor voltado para o financiamento de projetos da indústria naval no estado. A secretaria estadual de energia e economia do mar (Seenemar) observa que as linhas atualmente disponíveis não atendem completamente às necessidades de crédito do setor, que possui quase metade da quantidade de estaleiros do

país, com diferentes portes e perfis de serviços.

“Começamos a buscar estudos para operacionalização de um fundo garantidor. Estamos conversando com a Secretaria da Fazenda para ver se conseguimos um novo fundo garantidor, se conseguimos mexer no fundo soberano. Tudo isso está sendo trabalhado agora”, afirmou o subsecretário de energia e economia do mar do Rio de Janeiro, almirante Sérgio Chaves, na última semana, durante evento em Niterói (RJ), promovido pelo Cluster Tecnológico Naval-RJ e pelo Estaleiro Mauá.

Outra proposta, em discussão na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), prevê a criação de um ‘ICMS Azul’ no estado, que seria aplicado como forma de incentivar determinadas atividades voltadas para economia do mar.

Uma das atividades no radar para alavancar a indústria no estado é o descomissionamento. Chaves vê a regulamentação dessa atividade como uma oportunidade de atração de investimentos para o polo naval do Rio de Janeiro. “Se conseguirmos pegar algum estaleiro ou instalações que não estão operando na totalidade — ou que estão paradas, entendemos que é mais fácil preparar uma instalação dessa para fazer descomissionamento e desmantelamento sustentável de embarcações dentro dos padrões da Convenção de Hong Kong do que começar do zero”, disse o subsecretário.

Chaves acrescentou que já foi implementado um programa que desenvolve a qualificação e requalificação de profissionais do setor offshore. Segundo o subsecretário, uma pesquisa junto ao setor indicou as principais profissões demandas a partir do reaquecimento da indústria. Com a desmobilização por mais de uma década, houve um gap de profissionais que decidiram exercer outras atividades. “Com o reaquecimento, voltamos a sentir falta da mão de obra. Fizemos parcerias com prefeituras e instituições e vamos qualificar, até o final do ano que vem (2026), 12 mil profissionais nessas áreas”, projetou.

A secretaria verificou a possibilidade de fazer estudos para enquadramento dos projetos de construção naval como projeto estratégico do estado. Segundo Chaves, existe um grupo de trabalho verificando essa possibilidade, o que daria mais celeridade no licenciamento ambiental. Segundo Chaves, a Seenemar promoveu uma primeira reunião setorial com representantes da indústria naval e tem intenção de que os futuros encontros sejam trimestrais, a exemplo do que tem acontecido entre a pasta e o setor portuário.

O subsecretário destacou que o Rio de Janeiro concentra 24 dos 49 estaleiros nacionais, sendo que 19 estão na Baía de Guanabara. Desse total, quatro instalações de grande porte estão no estado. Chaves defendeu que os estaleiros do Rio podem ser competitivos para conquistar encomendas para a construção de novos projetos, como os próximos navios do programa de renovação da frota da Transpetro. “Olhamos esse panorama a indústria naval do Rio de Janeiro com expectativa de retomada. Temos esperança de que a retomada vai sair de maneira firme, mas sabemos que existem alguns problemas”, analisou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/04/2025

ANTAQ PUBLICA NOVA RESOLUÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DE ÁREAS PORTUÁRIAS

Por Lorena Parrilha Teixeira Portos e logística 15/04/2025 - 19:06



Norma entra em vigor em 1º de maio e traz novas modalidades de uso, alterações no contrato de passagem e maior visibilidade sobre áreas disponíveis em portos organizados

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) publicou, na última semana, a resolução 127/2025, que regulamenta a exploração de áreas e instalações portuárias localizadas dentro da poligonal do porto organizado. A nova norma, que entra em vigor no próximo dia 1º de maio, revoga a resolução normativa 7/2016 e introduz modalidades inéditas de ocupação,

como o uso temporário e a passagem.

Segundo os advogados Marcos Ludwig (sócio) e Ana Gloria Santos Moreira de Souza (associada), do escritório Veirano Advogados, a resolução criou três instrumentos de exploração de áreas operacionais: contrato de uso de espelho d'água, operação em regime de uso público eventual e operação em regime de uso público continuado. A norma também fez ajustes pontuais no contrato de uso temporário e trouxe alterações significativas no contrato de passagem.

No caso do contrato de passagem, os especialistas destacam que a ampliação do prazo de 25 para 35 anos e a permissão de transferência de titularidade aumentam a segurança jurídica e a flexibilidade. Contudo, alertam que a exigência de autorização prévia da Antaq à autoridade portuária pode afetar a eficiência do processo.

Eles também observam que o contrato de passagem não regula a exploração de áreas, mas sim a passagem por áreas comuns ou arrendadas do porto organizado — como no caso da instalação de dutos ou correias transportadoras. Em situações em que essas estruturas ultrapassam a poligonal do porto, conectando a área molhada com instalações na retroárea, um ponto de atenção recai sobre a delimitação da competência de fiscalização entre a autoridade portuária e a própria Antaq, conforme os limites definidos pela Lei 12.815/2013 (Lei dos Portos).

Outro aspecto ressaltado por Ludwig e Ana Gloria à Portos e Navios é o avanço na transparência sobre as áreas disponíveis para exploração. Até agora, essa informação era listada no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ), cuja aprovação é mais demorada. A nova resolução, ao exigir a publicização ativa nos sites das autoridades portuárias, se alinha às regras da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e contribui para a segurança jurídica e a adequada precificação de riscos — elementos essenciais para a atratividade de novos investimentos no setor portuário.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/04/2025

EXPANSÃO DA POLIGONAL DO PORTO DE SANTOS ENTRA EM CONSULTA PÚBLICA

Da Redação Portos e logística 15/04/2025 - 18:57



Atendendo à solicitação da Autoridade Portuária de Santos (APS), o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) iniciou consulta pública para o projeto de expansão da poligonal do porto organizado de Santos (SP), que pode aumentar em até 164% a área portuária nas próximas décadas. A proposta prevê a ampliação dos atuais 7,8 milhões de metros quadrados para mais de 20 milhões de metros quadrados, incorporando áreas em Cubatão, São Vicente e Bertioga, além de Santos e Guarujá. Segundo o presidente da APS, Anderson Pomini, a iniciativa visa preparar o Porto de Santos para o crescimento da movimentação de

cargas. A consulta pública, conduzida pela Secretaria Nacional de Portos, está aberta até 13 de maio e pode ser acessada por meio do site Participa + Brasil.

A proposta está diretamente ligada à definição do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ), instrumento que organiza o uso das áreas portuárias. A atual gestão busca consolidar uma expansão definitiva da poligonal, revertendo o histórico recente de avanços e recuos no tema. Com a ampliação, espera-se atrair novos investimentos, gerar empregos e aumentar a competitividade do porto, respeitando os princípios legais e de sustentabilidade. Entre 2019 e 2022, foram investidos R\$ 71 milhões em obras públicas no porto, e o governo federal projeta R\$ 12 bilhões em investimentos entre 2023 e 2026, abrangendo infraestrutura viária, o túnel Santos-Guarujá e aprofundamento do canal.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/04/2025

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA CRESCEM ACIMA DE 40% EM VOLUME E RECEITA

Da Redação Portos e logística 15/04/2025 - 18:52



As exportações totais de carne bovina brasileira, que incluem carnes in natura, processadas e miudezas comestíveis, cresceram 41% em volume e 42% em receita em março de 2025, alcançando 289.978 toneladas e US\$ 1,216 bilhão, respectivamente, segundo a Abrafrigo. Em março de 2024, os números foram de 206.005 toneladas e US\$ 856,7 milhões. O preço médio por tonelada passou de US\$ 4.158 em 2024 para US\$ 4.193 em 2025. No acumulado do primeiro trimestre, o setor exportou 746.125 toneladas, um aumento de 11% em relação ao ano anterior, com receita de US\$ 3,282 bilhões, crescimento de 21%.

A China, principal destino das exportações, importou 279.792 toneladas no período, 1,25% a mais que em 2024, com receita de US\$ 1,357 bilhão, alta de 11%. Apesar disso, a participação chinesa caiu de 45,1% para 41,3% das receitas totais. Os Estados Unidos foram o segundo maior comprador, com alta de 46,7% no volume e 68,7% na receita, que chegou a US\$ 557,15 milhões. O Chile ocupou a terceira posição com aumento de 55% no volume e 81,2% na receita. A Argélia veio em seguida, com crescimento de 74,7% nas compras e 105,8% na receita. No total, 102 países ampliaram suas aquisições de carne bovina brasileira no trimestre, enquanto 48 reduziram suas compras.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/04/2025



LOG-IN AMPLIA ROTA DE CABOTAGEM COM NOVO NAVIO DEDICADO À REGIÃO NORTE

Da Redação Navegação 15/04/2025 - 19:02



A Log-In Logística Integrada anunciou a expansão de sua malha de cabotagem com a introdução de um quarto navio na rota entre Manaus (AM) e os principais portos do Nordeste e Sudeste. A novidade, que entra em operação em maio, representa um aumento de quase 30% na capacidade logística da empresa na região Norte, fortalecendo sua presença na cabotagem e otimizando a distribuição de cargas de importação com maior previsibilidade e eficiência. Com o novo navio, a Log-In passa a oferecer três saídas semanais a partir de Manaus.

Segundo o diretor comercial, Felipe Gurgel, o reforço na frota própria amplia a flexibilidade da malha e consolida a Log-In como provedora de soluções logísticas completas. A mudança foi possível graças à evolução das condições operacionais nos principais portos do país, permitindo a realocação de ativos para rotas com maior potencial de crescimento. Além do incremento de capacidade, a Log-In reafirma seu posicionamento como operadora logística integrada, com soluções personalizadas que combinam transporte marítimo, rodoviário, armazenagem e gestão da cadeia de suprimentos.

A empresa participará na semana que vem da Interlog Summit, com Andrea Simões no painel sobre ESG e estratégias corporativas. A Log-In opera com uma frota de nove navios porta-contêineres, administra o Terminal de Vila Velha (TVV) e um terminal intermodal em Itajaí (SC). A Tecmar, com mais de 1.300 veículos próprios e mais de 50 armazéns, complementa a estrutura da Log-In, unindo transporte rodoviário e marítimo em uma solução única no Brasil.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/04/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 16/04/2025